

Número 15



Psiquiatria, Psicologia & Justiça

Janeiro de 2019



SUMÁRIO

Perceção dos/as jovens portugueses/as sobre o assédio sexual

Portuguese young people's perception of sexual harassment

Maria José Magalhães/Ana Guerreiro/Cátia Pontedeira/Raquel Felgueiras/Ana Margarida

Teixeira..... 1

Domestic violence: Aggressors' profile and Crime characteristics

Diana Figueiredo/Juliana Nunes/Máximo Colón/Helena Gaspar/Pissarra da Costa 63

Uma década de interdição e inabilitação:

Comparação dos processos ação de interdição/inabilitação entre dois triénios

A decade of interdiction and disqualification:

Comparison of interdiction/disqualification action proceedings between two triennia

Telma Santos/João Alcaface/Máximo Colón 73

Compulsory Admission of Psychiatric Patients – The Experience in a Tertiary Academic

Hospital

Juliana da Silva Nunes/Diana Figueiredo/João Feliz/Tiago Ventura Gil/Carlos Augusto

Moreira de Sousa/António José Pissarra da Costa 99



Corpo Editorial

Editores-Chefe

Prof. Doutor Fernando Almeida

Prof. Doutora Anita Santos

Comissão Científica

Prof. Doutor Adriano Vaz Serra

Prof. Doutor Agostinho Santos

Prof. Doutora Ana Sani

Prof. Doutora Ana Sofia Neves

Prof. Doutora Anita Santos

Prof. Doutor António Pacheco Palha

Prof. Doutora Carla Antunes

Prof. Doutora Célia Ferreira

Prof. Doutora Cristina Soeiro

Doutoranda Diana Moreira

Prof. Doutor Duarte Nuno Vieira

Prof. Doutora Emília Marques

Prof. Doutor Eurico Figueiredo

Prof. Doutor Fernando Almeida

Prof. Doutor Fernando Barbosa

Prof. Doutor Francisco Machado

Prof. Doutor Gualberto Buela-Casal

Prof. Doutora Helena Grangeia

Dr. Hernâni Vieira



Prof. Doutor Ivandro Soares Monteiro

Prof. Doutor João Marques-Teixeira

Prof. Doutor João Salgado

Prof. Doutor Jorge Costa Santos

Prof. Doutor Jorge Trindade

Prof. Doutor José Pinto da Costa

Prof. Doutora Laura Nunes

Prof. Doutora Liliana Meira

Prof. Doutor Luís Fernandes

Prof. Doutor Luís Gamito

Prof. Doutora Maria José Carneiro de Sousa

Prof. Doutora Maria Luísa Figueira

Prof. Doutor Mário Simões

Prof. Doutora Marisalva Fávero

Prof. Doutora Marlene Matos

Prof. Doutora Marta Pinto

Prof. Doutora Olga Cruz

Prof. Doutora Paula Gomide

Prof. Doutor Pio Abreu

Prof. Doutora Rita Conde Dias

Prof. Doutora Sónia Caridade

Prof. Doutora Teresa Magalhães

Perceção dos/as jovens portugueses/as sobre o assédio sexual

Maria José Magalhães^{1,2,4}, Ana Guerreiro^{2,3}, Cátia Pontedeira^{2,3}, Raquel Felgueiras¹ e

Ana Margarida Teixeira²

¹Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto
(FPCEUP)

²UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta (ONG)

³Instituto Universitário da Maia (ISMAI)

⁴Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG)

Author Note

Corresponding author: Maria José Magalhães, Faculty of Psychology and Educational Sciences, University of Porto, Rua Alfredo Allen, 4200-135, Porto, Portugal. Email: mjm@fpce.up.pt.

Resumo

O assédio sexual é uma forma de violência de género que se caracteriza pela existência de comportamentos verbais, não verbais, ou físicos, de natureza sexual, não desejados, na tentativa de denegrir a imagem das vítimas (Council of Europe, 2011). O primeiro estudo, em Portugal, sobre o assédio sexual data dos anos noventa do séc. XX (Amâncio & Lima, 1994), no entanto, só mais recentemente é que este problema social ganhou relevância tanto na comunidade académica como na discussão pública. O contexto escolar tem vindo a ser objeto de pesquisa académica, por ser um dos contextos onde o assédio sexual ocorre. O Projeto *Bystanders – Developing bystanders’ responses to sexual harassment among young people*, é um projeto internacional desenvolvido simultaneamente em quatro países europeus – Portugal, Reino Unido, Malta e Eslovénia –, com o objetivo de criar e implementar um programa de prevenção primária, em contexto escolar, através dos *bystanders* (observadores/as). Para tal, procurou-se, numa primeira fase, compreender as perceções dos/as jovens sobre o assédio sexual, através de um método de investigação qualitativa, os grupos de discussão focalizada. Este trabalho veio demonstrar que as perceções dos/as jovens sobre o assédio sexual continuam a reproduzir discursos de culpabilização das vítimas, assim como a sexualização e objetificação do corpo da vítima. Neste artigo, serão descritos e analisados estes e outros resultados, explorando os comportamentos que os/as jovens consideram como assédio sexual, os locais onde acontecem mais frequentemente, bem como as visões sobre a vítima e o/a assediador/a.

Palavras-chave: assédio sexual, jovens, prevenção, prevalência, legitimação

Perceção dos/as jovens portugueses/as sobre o assédio sexual

A reflexão sobre as várias formas de violência contra as mulheres foi inserida na agenda política internacional nos anos 1970, e nos anos 1980 a nível nacional, numa altura em que os movimentos feministas retomam a ação política com maior visibilidade. A necessidade de se trazer a público uma problemática social que se centrava no foro privado e/ou das interações interindividuais fez com que a violência de género conseguisse uma maior atenção pública e académica.

Dada a relevância e a gravidade das consequências da violência contra as mulheres, a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Council of Europe, 2011) define esta violência como baseada no género, especificando que consiste em: “toda a violência dirigida contra uma mulher por ela ser mulher ou que afecte desproporcionalmente as mulheres” (artigo 3º, al. d)).

Esta Convenção, habitualmente designada como Convenção de Istambul, vem reforçar a necessidade de se adotarem medidas de prevenção específicas, uma vez que a violência contra as mulheres assenta em questões de desigualdades de género, que estão culturalmente enraizadas na nossa sociedade (Sottomayor, 2015, 2017).

Os avanços sócio-legais verificados nesta matéria são inegáveis, no entanto, em Portugal, incidiram sobretudo na violência nas relações de intimidade, através da criminalização da violência doméstica não dando tanto destaque a outras formas de violência, como é o caso do assédio sexual (Mendes, 2016; Pena et al., 2011). Mackinnon (1979) foi a primeira autora a avançar com uma definição de assédio sexual, com especial destaque ao uso desta forma de violência no local de trabalho, como forma de discriminação sexual e

de género. A este respeito, foram vários os estudos desenvolvidos neste âmbito ao longo dos anos (Amâncio & Lima, 1994; Torres, Costa, Sant’Ana, Coelho, & Sousa, 2016; Fitzgerald, Gelfand, & Drasgow, 1995; Wise & Stanley, 1987). No entanto, só mais recentemente é que se tem desenvolvido investigação sobre o assédio sexual noutros contextos, como escolas e universidades (FRA, 2014; Hester & Lilley, 2014; Vera-Gray, 2016).

Embora a definição de assédio sexual não seja consensual, quer em termos políticos, sociais e mesmo culturais, a Convenção de Istambul (Council of Europe, 2011) define, inequivocamente, esta forma de violência como

“qualquer conduta indesejada verbal, não-verbal ou física, de carácter sexual, tendo como objectivo violar a dignidade de uma pessoa, em particular quando esta conduta cria um ambiente intimidante, hostil, degradante, humilhante ou ofensivo, seja objecto de sanções penais ou outras sanções legais” (art. 40º Convenção de Istambul).

Para MacKinnon (1987), o assédio sexual consiste numa pressão sexual imposta em alguém que não está em posição de a recusar. Já Vera-Gray (2016, p.11) baseou-se no trabalho desenvolvido por Kelly (1988) e Stanko (1985) para definir o assédio sexual como “intrusões”, sendo um “ato deliberado de se colocar num lugar ou situação onde alguém não é convidado, com efeito disruptivo”, que abrange um largo conjunto de comportamentos.

Embora, como já foi referido, o conceito tenha surgido numa primeira fase associado ao local de trabalho, recentemente, vários/as são os/as autores/as internacionais que têm trabalhado o fenómeno em contexto escolar (Hill & Kearl, 2011; Meyer, 2008;

Women and Equalities Committee, 2016). Neste contexto, o assédio sexual é muitas vezes referenciado como *bullying* sexual ou, simplesmente, como *bullying* (Timmerman, 2003), o que leva a que a intervenção nestes casos não seja direcionada às especificidades do assédio sexual – mas sim do *bullying* – que, por sua vez, leva à persistência destes comportamentos (Meyer, 2008). A configuração do assédio sexual está diretamente associada ao desempenho daquilo que são os padrões de heteronormatividade. Neste sentido, as medidas desenvolvidas nas escolas referentes ao *bullying* não estão direcionadas às especificidades do assédio sexual, possibilitando a reprodução social de uma cultura de assédio sexual (Meyer, 2008).

Um estudo recente desenvolvido no Reino Unido sobre a prevalência do assédio sexual e violência sexual em contexto escolar constatou que esta problemática faz parte do quotidiano das raparigas, sendo que os/as docentes legitimam-na, considerando-a “uma brincadeira” (Women and Equalities Committee, 2016, p. 3). O mesmo estudo revela que, para além da violência física e dos atos intrusivos, os/as assediadores/as afirmam-se através da prática de atos de dominação e humilhação sobre as vítimas. O assédio verbal foi também referenciado como a forma mais comum de assédio, em que estão incluídas piadas e comentários sexualizados. Já o assédio não-verbal inclui olhares e gestos sexualizados. Também o recurso às redes sociais como forma de divulgar rumores ou imagens sexuais é identificado como comum por vários estudos (Alonso-Ruido, Rodríguez-Castro, Pérez-André, & Magalhães, 2015).

Em termos de diferenciação de sexo, as raparigas experienciam mais frequentemente e de forma mais severa o assédio sexual, criando-se um ambiente hostil que tem consequências no seu desempenho escolar. Um outro estudo desenvolvido no

Reino Unido (Girlguiding, 2016) refere que 75% das raparigas e jovens mulheres revelam ansiedade acerca de uma potencial experiência de assédio sexual e que isso afeta as suas vidas. Já o inquérito da Agência para os Direitos Fundamentais (FRA, 2014) da União Europeia revela que o assédio sexual é o tipo de violência mais comum contra raparigas e mulheres, entre todos os 28 estados-membros da União Europeia. Estima-se que entre 45% e 55% das mulheres da União Europeia já experienciaram, pelo menos uma vez desde os 15 anos de idade, algum tipo de assédio sexual.

A existência de assédio sexual nas escolas é já conhecida sendo que um estudo desenvolvido nos Estados Unidos refere que afeta a experiência educativa de milhões de crianças e jovens, sobretudo no ensino secundário (Hill & Kearl, 2011), tendo consequências a nível da saúde física e mental (Mohipp & Senn, 2008).

Em 2005, Witkowska publicou a sua tese relativa a dados da prevalência, estrutura e perceções de jovens sobre o assédio sexual, utilizando um questionário aplicado também em contexto escolar, a jovens suíços/as do ensino secundário. Neste estudo, foi possível perceber que a prevalência de assédio é maior para as raparigas em quase todos os comportamentos. Uma das exceções são os nomes homofóbicos que são frequentemente mais dirigidos aos rapazes. A autora explora também a necessidade de medir de forma diferente e mais específica os contextos de assédio. A título de exemplo, a autora menciona que determinados nomes que são chamados a rapazes e raparigas, por exemplo “sexual” ou “sexy”, têm conotações diferentes para rapazes (para quem a expressão é frequentemente elogio) e para raparigas (a quem se atribui este adjetivo com uma conotação mais negativa). Por outro lado, e em termos de perceções, é possível

perceber, através destes estudos, que ambos os grupos consideram que o assédio sexual é um problema sério na escola.

Um outro estudo explora os efeitos da idade, sexo, estatuto e poder na percepção do assédio sexual e da sua gravidade (Colarelli & Haaland, 2002). Os resultados são reveladores da necessidade de se trabalhar o assédio sexual no contexto escolar, já que concluem que a idade tem um efeito muito significativo no reconhecimento do assédio, concluindo que mulheres mais velhas identificam o assédio mais facilmente do que as jovens.

Tendo em consideração as pesquisas referidas, e dada a preocupação social que o fenómeno causa, a prevenção apresenta-se como forma privilegiada de minimizar e contribuir para eliminar esta forma de violência. Neste sentido, e ainda que seja algo recente e pouco utilizado no assédio sexual, tem sido desenvolvida a nível internacional uma nova abordagem de prevenção que se centra na sensibilização/educação dos/as *bystanders* (observadores/as) (AGENDA, 2015; Potter, Moynihan, Stapleton, & Banyard, 2009).

Em termos gerais, o conceito *bystanders*, ou observadores/as, refere-se a alguém que presencie ou a quem é relatada uma situação de assédio e que poderá ter algum papel interventivo na situação (Berkowitz, 2009; Latané & Darley, 1970). A intervenção com observadores/as prevê uma mudança de filosofia metodológica, trabalhando com os/as observadores/as para serem consciencializados/as para a promoção da igualdade de género e adquirirem ferramentas que lhes permitam agir de acordo com a situação e contexto. Esta nova abordagem procura criar comunidades que intervenham para a eliminação da vitimização, dar apoio às vítimas e comunicar ao/à assediador/a que o seu

comportamento é inaceitável. Dada a sua importância e os resultados já obtidos, alguns/mas autores/as têm implementado esta nova abordagem em programas de prevenção de violência sexual em contexto escolar (Banyard, Plante, & Moynihan, 2005; Katz, Heisterkamp, & Fleming, 2011).

Fenton e colaboradores/as (2016) descrevem inclusivamente os critérios gerais para programas de prevenção efetiva da violência sexual e doméstica, em que se inclui o assédio. Genericamente, os critérios apontam para: a) ser um programa compreensivo; b) com metodologias de ensino variadas; c) número de sessões e duração adequadas; d) baseado nas relações positivas; e) construído tendo em conta as características socioculturais; f) e desenvolvido por técnicos/as com qualificações e formação especializada para o programa. Banyard, Plante e Moynihan (2004) acrescentam que os programas de prevenção que focam os *bystanders* são mais eficazes quando desenvolvidos em grupos mistos, em que rapazes e raparigas trabalham em conjunto.

A pesquisa que aqui se apresenta foi desenvolvida no âmbito do Projeto Internacional *Bystanders – Developing Bystanders Responses to Sexual Harassment Among Young People*, financiado pela União Europeia, concretamente pelo programa “Direitos, Igualdade e Cidadania” e que pretende conceber e implementar um programa de prevenção em contexto escolar sobre o assédio sexual, educando os/as jovens para agir em situações em que sejam testemunhas de um ou vários comportamentos que configuram o assédio sexual. Este projeto é coordenado pela equipa portuguesa, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, em parceria com a UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta e envolve a participação de mais três países europeus: Malta, Eslovénia e Reino Unido.

No âmbito deste projeto foram realizados grupos de discussão focalizada, em contexto escolar, com jovens, docentes e assistentes operacionais por forma a compreender melhor as suas perspetivas relativamente ao assédio sexual.

O presente artigo centra-se na análise dos grupos de discussão focalizada realizados com jovens rapazes e raparigas numa escola da cidade do Porto.

Método

Uma abordagem qualitativa permite estudar as interações sociais e as experiências pessoais num contexto específico, uma vez que esta metodologia analisa os conhecimentos descritos, compreensivos e intersubjetivos (Cruz, 2012; Kitzinger, 1995; Magalhães, 2012).

A equipa de investigação decidiu utilizar como metodologia de investigação os grupos de discussão focalizada, já que esta permite uma aproximação aos/às participantes, e olhar de perto as suas interações, conhecer as suas conceções pessoais e grupais, assim como a influência do próprio grupo. Também nos dá a oportunidade de observar e compreender atitudes e comportamentos e avaliar as próprias reações ao tema dos/as participantes (Bryman & Burgess, 2002; Kitzinger, 1995; Magalhães, Hagemann-White, Lopez & Silva, 2016; Ritchie & Lewis, 2003; Sim, 1998).

Participantes

Optou-se por realizar grupos de discussão focalizada separados por sexo, uma vez que o tema é sensível e afeta raparigas e rapazes de forma distinta (Carmody et al., 2009; Reay, 2001). Pretendeu-se, desta forma, garantir que raparigas e rapazes se sentissem confortáveis para partilhar as suas ideias, valores, conceções e experiências pessoais de forma mais genuína.

Os grupos foram constituídos por oito rapazes com idades compreendidas entre os 16 e 19 anos e seis raparigas cujas idades variaram entre os 15 e os 17 anos. Os dois grupos de discussão focalizada tiveram uma duração média de 1h30 cada e foi feita apenas uma sessão com cada grupo.

Materiais

Para um melhor desenvolvimento do grupo de discussão focalizada e após uma extensa revisão da literatura, foi desenvolvido, pela equipa internacional do Projeto *Bystanders*, um guião semiestruturado com atividades e perguntas que incidiram em cinco tópicos essenciais: a) o que é o assédio sexual; b) quem são as vítimas; c) quem são os/as assediadores/as; d) o que é que as pessoas podem fazer; e) quais os obstáculos à intervenção. Para este artigo, não serão considerados os dois últimos tópicos uma vez que fogem à temática central do mesmo.

Procedimentos

Para a realização destes grupos, foram garantidas todas as condições de confidencialidade e anonimato, bem como a assinatura individual do consentimento informado, previamente entregues aos/às encarregados/as de Educação. Também se respeitaram as opiniões dos/as jovens e criou-se um ambiente acolhedor e confortável para os/as participantes.

A análise das respostas dos/as jovens será acompanhada com citações retiradas dos grupos de discussão focalizada e diferenciadas por sexo sendo que F corresponde a Feminino e M a Masculino.

Resultados

Os/as participantes dos dois grupos de discussão focalizada foram muito participativos/as, ajudando a criar um ambiente confortável para a realização do debate e reflexão coletivos. Rapazes e raparigas reconheceram o assédio sexual e desenvolveram as suas percepções sobre a temática sem precisar de muitos estímulos por parte da equipa de investigação. As conversas com os/as jovens permitiram claramente compreender as suas percepções relativamente ao assédio sexual.

De uma forma geral, tanto os rapazes como as raparigas definiram o assédio sexual como qualquer comportamento ou investida de carácter sexual, indesejada por parte da pessoa visada. As raparigas referem, de forma clara, que quaisquer comportamentos ou aproximações abusivas devem ser consideradas assédio sexual. Ambos os grupos enumeraram diferentes formas de assédio sexual, como por exemplo apalpões, assobios, ‘bocas’ e comentários sexualizados ou a partilha de imagens privadas nas redes sociais e chats online. As raparigas referiram mais comportamentos de assédio do que os rapazes, e fizeram-no a partir das suas experiências pessoais.

No discurso de alguns rapazes, houve uma certa incoerência, quando, por exemplo, referiram que assédio é *“dar uma palmada no rabo sem querer”* (M). A intencionalidade de dar a palmada, seguida da sua desculpabilização, denota incerteza sobre o que é aceitável ou não. Por outro lado, esta menção denota-se uma clara desvalorização deste tipo de violência de género e das suas consequências.

A minimização da violência surgiu frequentemente nos dois grupos, ainda que rapazes e raparigas, percecionaram esta questão de forma muito distinta. Os rapazes tendiam a minimizar o assédio sexual ao justificarem esses comportamentos como uma forma de chamar a atenção de uma rapariga e obter afeto. Os jovens referiram ainda que

os homens que assediam fazem-no porque sentem falta de uma mulher, ou porque a mulher não lhes proporciona o carinho ou a atenção sexual desejada: “*Por exemplo, a mulher não lhe dá o que ele quer e ele vai procurar fora*” (M). O assédio sexual é, para estes jovens, o reflexo da insatisfação, mas também, a cedência a um desejo incontável perante a presença de uma mulher: “*Porque... às vezes, sentem falta (...) Carinho, de uma rapariga. Falta de ter uma companheira jeitosa*” (M). Quanto ao discurso das raparigas, estas não minimizaram o assédio sexual, mas salientaram o facto de a sociedade em geral o fazer. Para elas, os/as observadores/as (*bystanders*) normalizam as situações de assédio sexual, quando o entendem como uma brincadeira ou como um comportamento aceitável: “*Eles levam sempre mais tudo para a brincadeira...*” (F). Tornou-se claro que as raparigas têm noção de que a sociedade aceita os comportamentos de assédio sexual, o que as coloca numa posição de maior vulnerabilidade, que elas próprias reconhecem.

Pode referir-se que se, para as jovens, o assédio sexual é visto como algo ofensivo, para os rapazes é um comportamento facilmente justificável e, por vezes, considerado não intencional.

De uma forma geral, tanto os rapazes como as raparigas enquadraram os comportamentos de assédio sexual no *continuum* da violência definido por Kelly (1988, 2013). O assédio sexual é visto como uma forma de violência menos grave, mas que pode levar a formas mais graves de violência como por exemplo, a violação: “*As consequências no futuro, por exemplo, pode levar a violação.*” (M); “*...a violação começa com o assédio.*” (M).

Ainda que, no início do grupo de discussão focalizada, alguns rapazes tenham feito alguma confusão entre assédio sexual e violação, no decorrer da conversa essa distinção surgiu de forma clara nos seus discursos.

Relativamente aos espaços onde ocorre, rapazes e raparigas referiram os espaços públicos em geral, e particularmente as ruas, os bares e discotecas, os transportes públicos, como o metro ou o autocarro, e a escola. As raparigas enfatizaram ainda os táxis, partilhando várias situações da sua experiência pessoal em que as jovens foram assediadas por vários taxistas. As redes sociais e plataformas online foram também referidas como locais de assédio, mas, de uma forma geral, os/as jovens consideraram que é mais fácil travar estes comportamentos nas redes sociais uma vez que podem bloquear contactos, e também porque se sentem mais seguros/as para responder e reagir. Embora conscientes dos perigos da internet, os/as jovens referiram ter uma grande confiança nos sistemas de segurança, como o bloqueio de contatos.

As estratégias de defesa e resposta ao assédio sexual foram mais marcadas no discurso das raparigas, que referiram, por exemplo, a alteração dos seus percursos e rotinas, o andar mais rápido na rua, o fazer de conta que estavam a falar ao telefone, procurar andar acompanhadas por amigas/os, e apenas andar em táxis cujo motorista seja conhecido ou da confiança do pai e/ou da mãe.

Rapazes e raparigas pareciam estar de acordo relativamente às consequências do assédio sexual a nível emocional. A depressão e o medo de estar em espaços públicos foram as consequências mais mencionadas, mas a privação da liberdade e consequente impossibilidade de ter uma vida normal surgiram como as mais marcantes no discurso

das raparigas: “*E a rapariga teve de mudar de escola*” (F); “*se for vítima, isola-se mais.*” (F).

Os rapazes referiram várias vezes a possibilidade de o assédio sexual poder levar a vítima a cometer suicídio, revelando uma clara percepção sobre a severidade das consequências destes comportamentos.

O grupo de rapazes apresentou uma percepção contraditória sobre o assédio sexual. Se, por um lado, minimizaram e desvalorizaram os comportamentos, por outro, indicaram consequências muito graves para a vítima decorrentes destes mesmos comportamentos. Esta contradição pode prender-se, em parte, com o facto de haver uma maior consciencialização em geral na sociedade, relativamente a comportamentos de assédio sexual, mas também com o facto de estes jovens se identificarem, não raras vezes, no papel de assediador.

As raparigas, por seu lado, centraram a conversa em torno das suas experiências pessoais, salientando o facto de o assédio sexual ser um conjunto de comportamentos indesejados e que leva à necessidade de encontrar estratégias de defesa. Esta preocupação em criar uma rede de segurança que comporta diferentes respostas aos diversos comportamentos de assédio sexual é, segundo Kelly (1988), algo a que se pode chamar *safety work* resultante da privação de liberdade que as mulheres experienciam.

Quem são as vítimas?

Quando questionados/as sobre quem são as vítimas, rapazes e raparigas reconheceram que a grande maioria das vítimas são mulheres. As raparigas referiram que as vítimas são geralmente jovens, salientando o facto de estas serem, à partida, mais indefesas: “*porque as pessoas mais novas são mais indefesas*” (F). Referiram ainda que

o risco de assédio sexual aumenta quando estão sozinhas em espaços públicos, incluindo transportes, e particularmente à noite: *“oh, claro se formos acompanhadas... mas sozinhas é muito pior”* (F).

Os rapazes mencionaram que também eles podiam ser vítimas de assédio sexual, em especial os mais jovens, e até mesmo em contexto escolar. No entanto, no que diz respeito a exemplos concretos de assédio contra rapazes de que tinham conhecimento, o grupo nomeou apenas duas situações.

Raparigas e rapazes concordaram com o facto de a idade ser um fator de vulnerabilidade, referindo que jovens mais novas são vítimas mais acessíveis para os/as assediadores/as.

No que diz respeito às representações sociais sobre as vítimas, rapazes e raparigas apresentaram visões completamente distintas. Na opinião das raparigas, as vítimas são jovens silenciadas e isoladas. Os sentimentos de solidão e isolamento estão intimamente ligados ao facto de não se sentirem compreendidas ou apoiadas socialmente:

“normalmente elas não falam. Por medo... por vergonha até...” (F). Já os rapazes descrevem as vítimas como raparigas e mulheres mais bonitas, atraentes e que exibem mais o seu corpo: *“[sobre quem são as vítimas]As mulheres, as raparigas mais giras, mais jeitosas, mais bem constituídas, que se mostram mais...”* (M). Esta percepção coloca a tónica na vítima, na sua beleza e no seu comportamento, e retira, uma vez mais, a responsabilidade ao assediador.

Em ambos os grupos denotou-se, embora com algumas diferenças, ênfase na vítima como justificação do assédio, vincada através de discursos de explícita ou implícita culpabilização. Para os rapazes, a vítima é muitas vezes descrita como

provocadora e cuja forma como se veste potencia os comportamentos de assédio sexual: *“E algumas gostam... de provocar.”* (M). Para além disso, alguns rapazes referiram que as raparigas se sentem bem e com a autoestima mais elevada se forem assediadas: *“Faz sentir melhor [ser assediada]”* (M). Esta ideia de que a autoestima das jovens mulheres está diretamente ligada à sua aparência física, é o reflexo de uma sociedade que privilegia a aparência corporificada feminina, assim como a sexualização e objetificação do corpo feminino.

As raparigas descreveram as vítimas como potencialmente mentirosas, exagerando factos e situações, e que procuram alguém que tenha pena delas. Por outro lado, expressaram também o receio de serem desacreditadas se reportassem uma situação de assédio. Estamos perante uma contradição que revela um processo de outridade. Quando as jovens se referem a raparigas que não conhecem, ou não fazem parte do seu círculo de amizades, tendem a vê-las como provocadoras e responsáveis pelo assédio sexual: *“Eu acho que às vezes as coisas também não são bem como dizem. Acho que às vezes inventam mais do que o que é... [referindo-se a outras raparigas]”* (F). De modo inverso, quando se trata de uma amiga ou relatam situações da sua experiência pessoal, a vítima é vista como uma jovem indefesa. Este processo de outridade ocorre uma vez que as jovens não se identificam como vítimas e, ao mesmo tempo, é uma reprodução dos preconceitos sexistas e estereótipos de género enraizados na sociedade, que culpabilizam as mulheres e raparigas pela violência sexual.

Quem são os/as assediadores/as?

Quando questionados/as sobre quem são as pessoas que, geralmente, praticam o assédio, os/as jovens responderam que são colegas, mas também identificaram

professores/as, staff escolar e homens mais velhos como mais prováveis de serem assediadores/as. Todos/as identificaram que é mais comum haver assediadores homens do que mulheres.

As jovens raparigas identificaram que tanto pessoas conhecidas como desconhecidas podem ser assediadores/as. As suas representações dos/as assediadores/as foram ainda mais explícitas do que as dos rapazes referindo-se a grupos concretos de pessoas, tendo em consideração as suas experiências pessoais passadas. Neste caso, as raparigas mencionaram vários episódios de assédio por parte de taxistas, como referido atrás, que tentaram abordar as raparigas jovens de forma intrusiva, colocando questões pessoais. Várias jovens partilharam histórias de abuso em táxis e algumas referiram, inclusivamente, sentirem medo de andar de táxi sozinhas relatando algumas estratégias de defesa e resposta ao assédio. Um outro grupo referido como potencial assediador pelas jovens raparigas foram os trabalhadores da construção civil, principalmente quando estão em grupo. As jovens referem ainda a diferença de comportamentos existente quando os/as assediadores/as estão sozinhos/as ou acompanhados/as, sendo que a mesma pessoa, se estiver sozinha, o mais provável será não assediar. Os rapazes identificaram também os polícias como assediadores, dizendo-o com espanto, dada a sua categoria profissional. Para além disso, é também relevante mencionar que estes/as dois grupos tinham representações sociais do/a assediador/a bastante demarcadas. Esta demarcação surge não só como uma distinção entre as pessoas ditas “normais” e os/as assediadores/as, como também existe uma diferença na posição de raparigas e rapazes sobre estas representações. No caso das raparigas, o assediador era visto como um cobarde, um homem nojento, “porco”, um perverso/tarado ou maluco: *“há cada velhote muito*

atiradiço! Que se fazem às raparigas novas... São uns porcos!” (F); “olhe eu acho que o assédio sexual é aqueles homens tarados, que andam aí. A meter com todas as gajas... Tipo aqueles professores malucos que piscam o olho e passam a mãozinha, e essas coisas todas...” (F).

As representações sociais acerca dos/as assediadores/as por parte dos rapazes foram distintas das raparigas, no sentido em que os primeiros descreveram os assediadores como homens necessitados de carinho. Os rapazes tendiam a aceitar que o comportamento dos assediadores era uma estratégia para conquistar a atenção de uma rapariga e, eventualmente, conseguir uma namorada, que, do ponto de vista de alguns jovens, deve ser bonita e atraente.

A esposa ou companheira dos assediadores foi também mencionada pelos rapazes como tendo alguma responsabilidade pelo assédio uma vez que “... *a mulher não lhe dá o que ele quer e ele vai procurar fora.*” (M). Estamos, portanto, perante a sugestão de que a vida sexual de um casal poderá ter relevância, e, na conceção dos rapazes, implicar que ao homem (que é visto como necessitando de relações sexuais regulares), seja justificada a aparente necessidade de assediar mulheres (que são vistas como mais disponíveis). Esta conceção está relacionada com os estereótipos de género no que ao papel do homem diz respeito (Breitenbecher & Scarce, 1999; Jackson & Weatherall, 2010; Rubin, 1992). É ainda importante salientar que os rapazes, quando se referiram a assediadoras mulheres, adjetivaram-nas com expressões de derrogação negativa que as minimizam e que demonstram que as veem como pessoas “pouco femininas” e não atraentes: “*Ah, era o tanque de guerra*” (M).

Conceções de masculinidades e feminilidades

Durante os grupos de discussão focalizada, particularmente na voz dos rapazes, surgiram várias vezes discursos, que se podem relacionar com as suas conceções de masculinidade de feminilidade.

O corpo feminino e a sua sexualização foram mencionados pelos/as jovens. As jovens referiram que os rapazes só comentam o corpo das mulheres e os seus atributos físicos: “[raparigas mencionam que os rapazes estavam a rir-se] Sabe o que estavam a gozar? Por causa de eu ter um peito um pouquinho grande... e eu acho isso muito mau, já viu?” (F); “eles só falam das raparigas... ou são gordas, ou isto ou aquilo.” (F).

De forma correspondente, os rapazes apresentaram um discurso sexualizado de diferentes partes do corpo feminino: “Normalmente o homem pode usar uma camisola ou isso que só mostra mais ou menos os braços, uma parte do peito, uns calções que mostra as pernas... as raparigas é mais nádegas, seios. Chama mais a atenção de certas partes do corpo [sobre o vestuário]” (M).

A aparência das raparigas foi alvo de comentários e escrutínio por parte dos rapazes que afirmaram várias vezes que “[há raparigas] mais jeitosas, mais bem constituídas, que se mostram mais [...] Há calções aí de raparigas mais curtos do que os meus boxers!” (M). Esta necessidade de comentar e analisar a roupa das jovens foi também realçada no que ao assédio sexual diz respeito, sendo que alguns rapazes mencionaram que o estar “mais descascada” na rua “não justifica, mas pode incentivar [o assédio sexual].” (M).

Os rapazes denotaram uma visão do homem ideal também construída com base em conceções de masculinidade. Referiram que, se o rapaz for relativamente jovem, se for bem cuidado e tiver barba, as raparigas até podem gostar de ser assediadas por ele.

Assim, fica implícito que, para eles, o homem ideal tem de ser bem cuidado, jovem, mas já com barba (expressão da sua masculinidade).

A necessidade de proteção das raparigas foi também abordada pelo grupo de rapazes. Em primeiro lugar, salientaram-se as opiniões de que os homens, por serem fortes e másculos, não necessitam de qualquer tipo de proteção, ao contrário das mulheres, que são frágeis e sensíveis. Novamente, as concepções sobre a masculinidade correspondem àquilo que são os estereótipos de homem forte que protege o sexo ‘oposto’. Muito associados a este discurso estão também os conceitos de complementaridade e heteronormatividade. A complementaridade está ligada ao amor romântico e à necessidade de um casal, homem e mulher, se complementarem. Perante esta visão, uma mulher fica incompleta sem um homem. No âmbito do assédio, a ideia que surgiu é que as raparigas seriam vulneráveis e necessitavam da proteção da sua ‘outra metade’ para que estivessem “protegidas do mundo”: “[Perante uma situação de assédio] Às vezes basta, quando se mete o braço assim por cima e ele ‘ah, tem homem!’ ...às vezes mostrar uma atitude como é namorado ou sei lá...” (M).

A heteronormatividade surge na sequência da ideia de complementaridade heterossexual e da não aceitação (e neste caso, até de repugnância) de orientações sexuais diferentes. Os rapazes mencionaram claramente que se for um outro rapaz a ser assediado, não reagiriam da mesma forma protetora já que seria expectável que ele respondesse por si: “Ele sozinho responde por si. [ao assédio]” (M); “Não lhe vou meter a mão à volta, para protegê-lo.” (M).

Discussão

O assédio sexual tem vindo cada vez mais a ser identificado como um problema social e organizacional quer a nível internacional quer nacional, com consequências devastadoras para as vítimas, que assume elevados custos sociais e humanos. Dadas estas implicações, apresentam ainda um entrave ao desenvolvimento dos valores democráticos e da justiça social (Magalhães et al., 2017).

Este estudo preliminar realizado em contexto escolar permitiu-nos compreender melhor quais as perspetivas dos/as jovens relativamente ao assédio sexual. Neste sentido, no que respeita às dinâmicas dos grupos de discussão focalizada, verificou-se que rapazes e raparigas estavam interessados/as em debater o assédio sexual, mesmo não sendo este um tema com o qual se sentissem muito à vontade, existindo vezes em que brincaram ou se desviaram do foco do assédio sexual. De todo o modo, a conceção do assédio sexual foi bem desenvolvida pelos/as jovens que identificaram que esta forma de violência é parte de uma violência mais alargada. Kelly (1988, 2013) desenvolveu o conceito do *continnum of violence*, explicitando que a maior parte da violência não ocorre como um episódio desviante pontual mas sim como estando presente no contexto diário das mulheres, como se de algo normativo e funcional se tratasse. Neste caso, os/as jovens identificaram que a forma mais extrema de assédio sexual poderá levar à violação. Este reconhecimento é fundamental para que estes tipos de violência sejam considerados graves e inaceitáveis pela sociedade. Witkowska (2005) identifica também que 49% da sua amostra de jovens estudantes considera que o assédio sexual é um problema na escola. Para além disso, um estudo da Women and Equalities Committee (2016) revela que, em 2014, 59% das raparigas, com idades entre os 13 e os 21 anos, tinha sido vítima de alguma forma de assédio sexual na escola. Por outro lado, e apesar de, no nosso estudo,

os/as jovens reconhecerem o assédio como um comportamento errado, também evidenciaram, nos seus discursos, culpabilização da vítima, dizendo que estas muitas vezes é que provocam ou querem atenção masculina.

As representações sociais sobre vítimas e ofensores/as são diferentes nos grupos de rapazes e raparigas. No caso das raparigas, a sua postura difere se estiverem a falar delas enquanto vítimas (ou de alguém que conheçam), ou quando se referem a situações que aconteceram a outras pessoas. Quando se concetualizam como possíveis vítimas, as jovens reconhecem a dificuldade de denunciar as situações uma vez que a sociedade naturaliza este tipo de violência. No entanto, quando as vítimas são outras pessoas (sendo as outras, raparigas ou mulheres que elas não conheçam ou fora do seu círculo de amizades), rapidamente as intitulam de mentirosas. No caso dos rapazes, a tentativa é de minimização e justificação dos comportamentos dos assediadores.

Discursos relacionados com a conceção de masculinidades e feminilidades estiveram também muito presentes nestes grupos, particularmente nos rapazes. Os homens assediadores foram descritos pelos rapazes como pessoas carentes, que necessitavam de afeto, por vezes, porque a sua esposa ou companheira não lho proporciona, e muitas vezes não conseguem controlar o seu desejo pelas raparigas. Por outro lado, as raparigas são alvo de comentários sobre o seu corpo, aparência e veem o seu corpo sexualizado e objetificado (Butler, 1993). Sobre estes comentários, as raparigas referem que esta sexualização do seu corpo é, para elas, desconfortável. A ideologia da complementaridade foi também descrita por rapazes quando consideram que as raparigas precisam de proteção por parte de um rapaz/homem.

Tal como identificado por Witkowsa (2005), são as raparigas que são descritas como as principais vítimas. A consequência do assédio apontada mais vezes pelas raparigas, referindo-se a situações concretas de vitimação, assim como a necessidade de mudar as suas rotinas e a privação da sua liberdade são dois aspetos que apontaram, neste estudo, para as raparigas e mulheres como estando em maior risco em relação ao assédio sexual. O suicídio foi também identificado por ambos os grupos como resultado possível de situações de assédio. Consideram-se, aqui, também as estratégias de resposta ao assédio sexual como particularmente relevantes uma vez que são, sobretudo, mencionadas pelas raparigas e envolvem não só tentativas de proteção (e.g., utilizar táxis cujo condutor conhecem ou bloquear alguém no facebook), como também tentativas de mostrar que estão acompanhadas (como falar ao telefone, levar uma amiga...).

Tendo em consideração a análise dos dados apresentados, foi possível compreender que existem diferenças em termos de género sobre as perceções do assédio sexual, sendo que as raparigas estão mais sensíveis a definir comportamentos que constituem assédio sexual enquanto os rapazes mais facilmente os definem como “brincadeiras”, o que está de acordo com o estudo desenvolvido por Rotundo, Nguyen e Sackett (2001). Para além disso, foi possível ainda concluir que há um grande caminho a percorrer para prevenir comportamentos de assédio sexual, em locais públicos, incluindo as escolas.

Percebemos, por isso, que a perceção relativamente ao assédio está em transformação. Num passado não muito distante, o discurso das mulheres seria no sentido de aceitar e de se culpabilizarem pelo assédio sexual do qual eram vítimas (Pena et al., 2011). Hoje, podemos verificar que há por parte das raparigas uma mudança, uma vez

que já se conseguem identificar enquanto vítimas e reconhecem que com estes comportamentos está em causa a sua liberdade. No entanto, ainda há por parte das jovens uma resistência em identificar as restantes mulheres como vítimas, adotando para elas o discurso hegemónico. Por sua vez, os rapazes apresentam também alguns sinais de mudança, reconhecendo o assédio sexual como violência e as suas consequências.

Neste sentido, a prevenção primária da violência de género em contexto escolar é essencial, para trabalhar as conceções dos/as jovens sobre estas temáticas. Uma intervenção sistemática e holística que trabalhe os estereótipos, desigualdade de género, permitirá a mudança de comportamentos sexistas e machistas (Magalhães, Canotilho, & Brasil, 2007).

A escola, sendo um espaço de socialização, em que os/as jovens se relacionam com os seus pares, deve ser pensada como um contexto promissor para o desenvolvimento de valores e atitudes de respeito pela outra pessoa, e, como tal, necessita de desenvolver uma “mudança significativa na construção de género e no significado de ser homem e mulher” (Magalhães et al., 2007, p. 47).

O desenvolvimento desta metodologia de investigação permitiu, por um lado, perceber o que pensam os/as jovens participantes deste estudo, relativamente ao tema, identificou pistas para trabalhar esta problemática com jovens e reforçou a importância de trabalhar o assédio sexual nas escolas, uma vez que ainda existem muitas ideias estereotipadas e mitos sobre esta e outras formas de violência de género. Considera-se, por isso, que esta investigação é um bom contributo para a compreensão das perceções dos/as jovens sobre este tipo de violência de género e consequentemente, uma adaptação das estratégias de prevenção, reforçando a necessidade de haver um maior e melhor

investimento na educação para o reconhecimento e prevenção do assédio sexual (Mohipp & Senn, 2008).

Referências

Agenda (2015). Agenda: A young people's guide to making positive relationships matter.

Retrieved from: <http://agenda.wales/>

Alonso-Ruido, P., Rodriguez-Castro, Y., Pérez-André, C., & Magalhães, M. (2015).

Estudio cualitativo en un grupo de estudiantes ourensanos/as sobre el fenómeno del Sexting. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología Y Educación*, 13, 58-62.

doi:10.17979/reipe.2015.0.13.319

Amâncio, L., & Lima, L. (1994). *Inquérito nacional sobre assédio sexual no mercado de trabalho – Relatório Final*. Lisboa: CITE.

Banyard, V., Plante, E., & Moynihan, M. (2004). Bystander education: Bringing a

broader community perspective to sexual violence prevention. *Journal of Community Psychology*, 32(1), 61-79. doi:10.1002/jcop.10078

Banyard, V., Plante, E., & Moynihan, M. (2005). *Rape prevention through bystander education: Bringing a broader community perspective to sexual violence prevention. Project Report*. U.S.: Department of Justice.

Berkowitz, A. (2009). *Response Ability: Complete Guide on Bystander Behavior*.

Chicago: BECK & CO.

Breitenbecher, K., & Scarce, M. (1999). A longitudinal evaluation of the effectiveness of a sexual assault education program. *Journal of Interpersonal Violence*, 14(5), 459-

478. <http://dx.doi.org/10.1177/088626099014005001>

Bryman, A., & Burgess, R. (Eds.). (2002). *Analyzing Qualitative Data*. New York:

Routledge.

Butler, J. (1993). *Bodies that Matter: On the discursive limits of "sex"*. New York: Routledge.

Carmody, M., Evans, S., Krogh, C., Flood, M., Heenan, M., & Ovenden, G. (2009). *Framing best practice: National Standards for the Primary Prevention of Sexual Assault Through Education*. Hobart: National Association of Services Against Sexual Violence.

Colarelli, S., & Haaland, S. (2002). Perceptions of sexual harassment: An evolutionary perspective. *Psychology, Evolution & Gender*, 4, 243-264.
doi:10.1080/14616661.2002.10383127

Council of Europe (2011). *Council of Europe Convention on Preventing and Combating Violence against Women and Domestic Violence*. Strasbourg: Council of Europe Publishing.

Cruz, A. (2012). Do Fazer ao Dizer e do Dizer ao Fazer. In M. J. Magalhães, A. Cruz & R. Nunes (Org.), *Pelo Fio se Vai à Meada: Percursos de Investigação Através de Histórias de Vida* (pp. 171-195). Lisboa: Ela Por Ela.

Fenton, R., Mott, H., McCartan, K., & Rumney, P. (2016). *A review of evidence for bystander intervention to prevent sexual and domestic violence in universities*. London: Public Health England.

Fitzgerald, L., Gelfand, M., & Drasgow, F. (1995). Measuring sexual harassment: Theoretical and psychometric advances. *Basic and Applied Social Psychology*, 17(4), 425-445. doi:10.1207/s15324834basp1704_2

FRA (2014). *Violence Against Women: An EU-wide survey – main results*. Vienna: European Union Agency for Fundamental Rights.

- Girlguiding Response (2016). *Women and Equality Committee Inquiry: Sexual harassment and sexual violence in schools – Girlguiding Response*. Retrieved from <https://www.girlguiding.org.uk/globalassets/docs-and-resources/research-and-campaigns/sexual-harassment-in-schools-inquiry---girlguiding-response-may2016.pdf>
- Hester, M., & Lilley, S. (2014). *Preventing Violence Against Women: Article 12 of the Istanbul Convention [online]*. Strasbourg: Council of Europe. Retrieved from: www.coe.int/t/dghl/standardsetting/convention-violence/thematic_factsheets/Article
- Hill, C., & Kearl, H. (2011). *Crossing the line – Sexual Harassment at Schools*. AAUW, Washington. Retrieved from: <https://www.aauw.org/files/2013/02/Crossing-the-Line-Sexual-Harassment-at-School.pdf>
- Jackson, S., & Weatherall, A. (2010). The (Im)possibilities of feminist school based sexuality education. *Feminism & Psychology*, 20(2), 166-185.
doi:10.1177/0959353509349603
- Katz, J., Heisterkamp, A., & Fleming, M. (2011). The Social Justice Roots of the Mentors in Violence Prevention Model and Its application in a High School Setting. *Violence Against Women*, 17(6), 684-702. doi:10.1177/1077801211409725
- Kelly, L. (1988). *Surviving Sexual Violence*. Oxford: Polity Press.
- Kelly, L. (2013). *Surviving Sexual Violence*. Oxford: John Wiley & Sons.
- Kitzinger, J. (1995). Qualitative research: introducing focus groups. *BMJ*, 311(7000), 299-302. <http://dx.doi.org/10.1136/bmj.311.7000.299>

Latané, B., & Darley, J. (1970). *The unresponsive bystander: Why doesn't he help?* New York: Appleton-Century Crofts.

LaViolette, A., & Barnett, O. (2000). *It could happen to anyone – Why women stay.* Thousand Oaks, Calif: Sage Publications.

MacKinnon, C. (1987). *Feminism unmodified: Discourses on life and law.* Cambridge: Harvard University Press.

Mackinon, C. (1979). *Sexual harassment of working women: A case of sex discrimination.* Connecticut: Yale University Press.

Magalhães, M. (2012). Construção do sujeito mulheres: Subjetividade das vozes e dos silêncios In M. J. Magalhães, A. Cruz & R. Nunes (Org.), *Pelo Fio se Vai à Meada: Percursos de Investigação Através de Histórias de Vida* (pp. 25-51). Lisboa: Ela Por Ela.

Magalhães, M., Canotilho, A., & Brasil, E. (2007). *Gostar de mim, gostar de ti: Aprender a prevenir a violência de género.* Porto: UMAR.

Magalhães, M., Teixeira, A., Dias, A., Cordeiro, J., Silva, M., & Mendes, T. (2017). *Prevenir a Violência, Construir a Igualdade.* Porto: UMAR.

Magalhães, M., Hagemann-White, C., Lopez, R., & Costa Silva, V. (2016). Comparative paper of the intervention against domestic violence in Portugal, Slovenia, Germany and the UK. Osnabruck: Projet CEINAV. Retrieved from:

https://www.fpce.up.pt/love_fear_power/pdfs/publicacoes/2016_MJM_CHW_CEI_NAV_DV_Comparative_paper.pdf

- Mendes, T. (2016). *A desocultação da violência sexual pelas vozes de mulheres sobreviventes: Um estudo exploratório em relações de intimidade* (Dissertação de Mestrado). Retrieved from Repositório Aberto da Universidade do Porto.
- Meyer, E. (2008). A feminist reframing of bullying and harassment: Transforming schools through critical pedagogy. *Journal of Education*, 43(1), 33-48.
doi:10.7202/019572ar
- Mohipp, C., & Senn, C. (2008). Graduate students' perceptions of contrapower sexual harassment. *Journal of Interpersonal Violence*, 23(9).
doi:10.1177/0886260508314299
- Pena, A., Bento, A., Kristensen, C., Paiva, C., Miguel, C., Beutin, C., ... & Retory, Y. (2011). *Relatório final do Projeto Rota dos Feminismos contra o Assédio Sexual nos Espaços Públicos, na Rua e no Trabalho*. Retirado de Projeto Amor, Medo e Poder website:
https://www.fpce.up.pt/love_fear_power/bystanders/publicacoes/relat_Rota_Feminis_Assedio_2011_UMAR.pdf
- Potter, S., Moynihan, M., Stapleton, J., & Banyard, V. (2009). Empowering bystanders to prevent campus violence against women: A preliminary evaluation of a poster campaign. *Violence Against Women*, 15(1), 106-121.
doi:10.1177/1077801208327482
- Reay, D. (2001). "Spice Girls", "Nice Girls", "Girlies", and "Tomboys": Gender discourses, girls' cultures and femininities in the primary classroom. *Gender and Education*, 13(2), 153-166. doi:10.1080/09540250120051178

- Ritchie, J., & Lewis, J. (Eds.). (2003). *Qualitative research practice: a guide for social science students and researchers*. London: Sage Publications.
- Rotundo, M., Nguyen, D., & Sackett, P. (2001). A meta-analytic review of gender differences in perceptions of sexual harassment. *Journal of Applied Psychology*, 86(5), 914-922. doi:[10.1037//0021-9010.86.5.914](https://doi.org/10.1037//0021-9010.86.5.914)
- Rubin, G. (1984). Thinking sex: Notes for a radical theory of the politics of sexuality. In Carole S. Vance (Ed.), *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality* (pp. 143-178). Boston: Routledge and Kegan Paul.
- Stanko, B. (1985). *Intimate Intrusions: Women's experience of male violence*. London: Unwin Hyman.
- Sim, J. (1998). Collecting and analysing qualitative data: Issues raised by the focus group. *Journal of Advanced Nursing*, 28(2), 345-352.
<http://dx.doi.org/10.1046/j.1365-2648.1998.00692.x>
- Sottomayor, M. (2015). A convenção de Istambul e o novo paradigma da Violência de Género. *Ex æquo*, 31, 105-121.
- Sottomayor, M. (2017). *Cumprir a Convenção de Istambul: A natureza pública ou semipública do crime de violação?* Retrieved from:
http://www.umarfeminismos.org/images/stories/temporario/Cumprir_a_Conven%C3%A7%C3%A3o_de_Istambul_por_Clara_Sottomayor.pdf
- Timmerman, G. (2003). Sexual harassment of adolescents perpetrated by teachers and by peers: An exploration of the dynamics of power, culture and gender in secondary school. *Sex Roles*, 48(5/6), 231-244. doi:10.1023/A:1022821320739

- Torres, A., Costa, D., Sant'Ana, H., Coelho, B., & Sousa, I. (2016). *Assédio sexual e moral no local de trabalho em Portugal: Policy Brief*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Vera-Gray, F. (2016). Men's stranger intrusions: Rethinking street harassment. *Women's Studies International Forum*, 58, 9-17. doi:10.1016/j.wsif.2016.04.001
- Wise, S., & Stanley, L. (1987). *Georgie Porgie: Sexual harassment in everyday life*. London: Pandora Press.
- Witkowska, E. (2005). *Sexual harassment in schools – Prevalence, structure and perceptions*. Sweden: National Institute for Working Life.
- Women and Equalities Committee (2016). *Sexual harassment and sexual violence in schools*. London: House of Commons.

Portuguese young people's perception of sexual harassment

Maria José Magalhães^{1,2,4}, Ana Guerreiro^{2,3}, Cátia Pontedeira^{2,3}, Raquel Felgueiras¹,
and Ana Margarida Teixeira²

¹Faculty of Psychology and Educational Sciences of University of Porto
(FPCEUP)

²UMAR – Women's Association, Alternative and Response (NGO)

³Maia University Institute (ISMAI)

⁴Interdisciplinary Centre for Gender Studies (CIEG)

Author Note

Corresponding author: Maria José Magalhães, Faculty of Psychology and
Educational Sciences, University of Porto, Rua Alfredo Allen, 4200-135, Porto,
Portugal. Email: mjm@fpce.up.pt

*The translation of this article was funded by national funds through Fundação para a
Ciência e Tecnologia (FCT), I.P., under project UID/SOC/04304/2013

Abstract

Sexual harassment is a form of gender violence characterized by unwanted verbal, non-verbal or physical conduct of a sexual nature with the purpose of violating the dignity of a person (Council of Europe, 2011). The first study of sexual harassment in Portugal dates from the 1990s (Amâncio & Lima, 1994), but only more recently has this social issue attracted wider attention both in the academic community and in public debate. The school environment has been singled out for academic research as one of the contexts in which sexual harassment takes place. The *Bystanders Project – Developing bystanders' responses to sexual harassment among young people* is an international project implemented simultaneously in four European countries (Portugal, United Kingdom, Malta and Slovenia) to develop bystanders' responses to sexual harassment among young people. The aim of the project was to create and implement a primary prevention program directed to Bystanders in a school environment. As the first step in this process, the researchers sought to understand the perceptions of young people concerning sexual harassment, by using a qualitative research method: focus groups. This study has shown that young people's perceptions of sexual harassment continue to reproduce a discourse that blames victims, as well as sexualizing and objectifying the victim's body. This paper describes and analyzes these and other findings, exploring behaviors that young people regard as sexual harassment, the places where they occur most frequently, and their views of the victim and the harasser.

Keywords: sexual harassment, young people, prevention, prevalence, legitimization

Portuguese young people's perception of sexual harassment

Reflection about the different forms of violence against women was placed on the international political agenda in the 1970s, and on the Portuguese agenda in the 1980s, at a time when feminist movements returned to higher-profile political action. The need to confront the public with a social issue centred in the private domain and the interactions between individuals caused gender violence to attract increased attention from the public and academics.

In view of the critical and severe consequences of Violence Against Women, the Council of Europe Convention on Preventing and Combating Violence Against Women and Domestic Violence (Council of Europe, 2011) defines it as gender-based violence, specifying that it consists of: “violence that is directed against a woman because she is a woman or that affects women disproportionately” (Article 3 d)).

This Convention, commonly known as the Istanbul Convention, underlined the need for specific preventive measures, insofar as violence against women is based on gender inequality issues, which are culturally rooted in our society (Sottomayor, 2015, 2017).

Undeniable social and legal progress has been made in this field. However, in Portugal, it has mainly concerned violence in intimacy, by criminalizing domestic violence, and less attention has been paid to other forms of violence, such as sexual harassment (Mendes, 2016; Pena et al., 2011). Catharine MacKinnon (1979) was the first to propose a definition of sexual harassment, with particular attention on the use of this form of violence in the workplace as a form of sexual and gendered discrimination. Several studies have been conducted in this field over the years (Amâncio & Lima, 1994;

Torres, Costa, Sant'Ana, Coelho & Sousa, 2016; Fitzgerald, Gelfand & Drasgow, 1995; Wise & Stanley, 1987). However, only more recently has research been conducted into sexual harassment in other contexts, such as schools and universities (FRA, 2014; Hester & Lilley, 2014; Vera-Gray, 2016).

Although there is no consensus on the definition of sexual harassment, either politically, socially or even culturally, the Istanbul Convention (Council of Europe, 2011) unambiguously defines this form of violence as

“any form of unwanted verbal, non-verbal or physical conduct of a sexual nature with the purpose or effect of violating the dignity of a person, in particular when creating an intimidating, hostile, degrading, humiliating or offensive environment” (Article 40, Istanbul Convention).

For MacKinnon (1987), sexual harassment consists of a sexual pressure imposed on someone who is in no position to refuse it. Vera-Gray (2016, p.11) grounds her work on Liz Kelly (1988) and Stanko (1985) as a starting point, and defines sexual harassment as “intrusions”, consisting of a “deliberate act to put oneself in a place or situation where one is not welcome, with disruptive effect”, which encompasses a wide range of behaviors.

Although, as we have seen, the concept of harassment first appeared in the context of the workplace, several international authors have recently worked on the phenomenon in schools (Hill & Kearl, 2011; Meyer, 2008; Women and Equalities Committee, 2016). In these spaces, sexual harassment is often referred to as sexual bullying, or just as bullying (Timmerman, 2003). This results in the lack of specific responses in these cases because they do not address the specific features of sexual

harassment, but rather those of bullying, which in turn causes these behaviors to persist (Meyer, 2008). The configuration of sexual harassment is directly associated with the performance of what are heteronormative standards. This might imply that measures taken by schools to tackle bullying do not address the specific features of sexual harassment, allowing a culture of sexual harassment to be reproduced in society (Meyer, 2008).

A recent study about the prevalence of sexual harassment and sexual violence in schools in the United Kingdom found that this issue is part of girls' everyday lives and that teachers minimize it by regarding it as “just a joke” (Women and Equalities Committee, 2016, p. 3). The same report shows that, in addition to physical violence and intrusive acts, the harassers assert themselves through acts of domination and humiliation of their victims. Verbal harassment was identified as the most common form of harassment, which included sexualized jokes and comments. Non-verbal harassment includes sexualized looks and gestures. Several studies have also identified the use of social networks as a common way of spreading rumors or sexual images (Alonso-Ruido, Rodríguez-Castro, Pérez-André, & Magalhães, 2015).

In terms of differentiation between the sexes, girls experience sexual harassment more often and more severely, creating a hostile environment that has consequences for their academic achievement. Another study in the United Kingdom by Girlguiding (2016) states that 75% of girls and young women present anxiety concerning a potential experience of sexual harassment and that this fear affects their lives. The survey conducted by the European Union Fundamental Rights Agency (FRA, 2014) has shown that sexual harassment is the most common type of violence against girls and women, in

all 28 member states of the European Union. It is estimated that between 45% and 55% of women in the European Union have experienced some form of sexual harassment at least once since the age of fifteen.

The existence of sexual harassment in schools is well known, and researchers from the United States point out that it affects the educational experience of millions of children and young people, mainly in secondary education (Hill & Kearn, 2011), with consequences for their physical and mental health (Mohipp & Senn, 2008).

In 2005, Eva Witkowska published her thesis on the prevalence, structure and young people's perceptions of sexual harassment, using a questionnaire applied in a secondary school in Switzerland. The findings showed that the prevalence of harassment is higher for girls in almost all the behaviors. One of the exceptions was homophobic name calling, which is more often directed against boys. The author also explores the need to measure the contexts of harassment differently and more specifically. For example, she mentions that certain names that both boys and girls get called, such as "sexual" or "sexy", have different connotations for boys (for whom the expression is often a compliment) and for girls (to whom these adjectives are often assigned a more negative connotation). On the other hand, concerning perceptions, it can be seen from these findings that both groups consider sexual harassment to be a serious problem in school.

Another study explores the effects of age, sex, status and power on the perception of sexual harassment and its severity (Colarelli & Haaland, 2002). The findings reveal the need to address sexual harassment in the school environment, as they conclude that age

has a very significant effect on the recognition of harassment: older women identify harassment more easily than young women.

Considering the aforementioned research findings, and the social concern that the phenomenon causes, prevention presents itself as a prime route to minimize and ultimately eliminate this form of violence. Accordingly, although recent, and little used in sexual harassment, a new approach to prevention has been developed internationally that is centered on raising awareness and educating bystanders against violence (AGENDA, 2015; Potter, Moynihan, Stapleton & Banyard, 2009).

In general terms, the concept of bystanders refers to someone who witnesses a situation of harassment, or hears about it, and who might be able to intervene in the situation (Berkowitz, 2009; Latané & Darley, 1970). Intervention with bystanders entails a shift in methodological philosophy, working with bystanders to raise their awareness of the need to promote gender equality and to acquire tools that allow them to act in accordance with the situation and context. This new approach seeks to create communities that intervene to stop victimization, to support victims and to convey to the harasser that his/her behavior is unacceptable. Given its importance and the results already achieved, some authors have implemented this new approach in programs to prevent sexual violence in schools (Banyard, Plante & Moynihan, 2005; Katz, Heisterkamp & Fleming, 2011).

Fenton et al. (2016) describe the general requirements for effective programs to prevent sexual and domestic violence, which includes harassment. In outline, these requirements call for a program: a) that is comprehensive; b) uses a variety of teaching methods; c) with the right number of sessions, of appropriate length; d) based on positive

relationships; e) designed to take sociocultural characteristics into account; and f) that is developed by professionals with specialist qualifications and training for this purpose.

Banyard, Plante e Moynihan (2004) add that prevention programs that focus on bystanders are more effective when used in mixed groups, where girls and boys work together.

The research presented here was conducted as part of the International Project entitled *Bystanders – Developing Bystanders' Responses to Sexual Harassment Among Young People*, funded by the European Union, under the “Rights, Equality and Citizenship” program. This project sets out to design and implement a preventive program in schools addressing sexual harassment, by educating young people to act in a situation where they witness sexual harassment. The project is coordinated by the Portuguese team, from the Faculty of Psychology and Education Sciences of the University of Porto, in partnership with UMAR (Women's Association, Alternative and Response) and involves participation by three other European countries: Malta, Slovenia and the United Kingdom.

The project set up focus groups in schools with young people, teachers, and technical staff, in order to reach a better understanding of their viewpoints on sexual harassment.

This paper centres on the analysis of the focus group discussions held with boys and girls in one of the schools of Porto District (Portugal).

Method

A qualitative approach allows the study of social interactions and personal experiences in a specific context, given that this methodology analyzes the wide-ranging, inter-subject knowledge described (Cruz, 2012; Kitzinger, 1995; Magalhães, 2012).

The research team decided to adopt focus groups as its research methodology because it makes it possible to get close to the participants, to observe the interactions from close by, to learn about their personal and group conceptions, and also about the influence of the group itself. It also provides the opportunity to observe and understand attitudes and behaviors and to assess the participants' reactions to the topic (Bryman & Burgess, 2002; Kitzinger, 1995; Magalhães, Hagemann-White, Lopez & Silva, 2016; Ritchie & Lewis, 2003; Sim, 1998).

Participants

It was decided that the focus groups would be segregated by sex, as this is a sensitive issue that affects girls and boys differently (Carmody et al., 2009; Reay, 2001). The aim was to ensure that girls and boys felt comfortable to share their ideas, values, conceptions, and personal experiences as genuinely as possible.

The groups consisted of eight boys aged 16 to 19 and six girls aged 15 to 17. The two focus groups had an average duration of 1h30 each, and only one session was held with each group.

Materials

After an extensive literature review, the international team of the Project designed a semi-structured script to ensure the success of the focus groups, consisting of activities and questions about five core topics: a) what is sexual harassment, b) who are the victims, c) who are the harassers, d) what can people do, and e) what are the obstacles to

intervention. In this paper, the last two topics will not be explored because the core of the central theme is to describe young people's perceptions about sexual harassment.

Procedures

Careful arrangements were made to ensure confidentiality and anonymity in the groups, and each participant's parent or tutor previously signed an informed consent explaining the project. The young people's opinions were respected, and a welcoming and comfortable atmosphere was created for the participants.

Our analysis of the young people's responses will be accompanied by quotations from the focus groups, identifying the speaker's gender (F for female, and M for male).

Results

The participants in the two focus groups took a very active part in the discussions, helping to create a comfortable atmosphere for their debate and collective reflection. Both boys and girls recognized sexual harassment and spoke about their perceptions of the topic without needing much stimulus from the facilitators. The conversations with young people provided a clear understanding of their perceptions of sexual harassment.

In general, both girls and boys defined sexual harassment as any form of behavior or advance of a sexual nature, unwanted by the person receiving it. The girls said clearly that any abusive behavior or approaches should be regarded as sexual harassment. Both groups enumerated different forms of sexual harassment, such as groping, whistling, banter and sexualized comments or sharing private images on social network and online chat platforms. The girls named more forms of harassment behaviors than the boys, and did so mostly from their personal experience.

The boys' discourse was occasionally incoherent, for example when they said that harassment is “*patting a girl on the bottom without meaning to*” (M). The intentionality of patting, followed by its excuse, denotes a degree of uncertainty as to whether it is acceptable or not. On the other hand, this constituted a minimization of this type of gender violence, and its respective consequences.

Both groups frequently minimized the violence, although the boys and girls perceived this issue in very different ways. The boys tended to dismiss sexual harassment by justifying such behavior as a way of attracting a girl's attention and gaining her affection. They also said that men who harass do so because they feel the need for a woman, or because the woman does not give them the tenderness or sexual attention they desire: “*For example, the woman does not give him what he wants, so he looks elsewhere*” (M). For these boys, sexual harassment reflects a lack of satisfaction, but also giving in to an uncontrollable desire when in the presence of a woman: “*Because... sometimes, they feel the need (...) Affection, from a girl. The need for a nice mate*” (M). The girls' discourse did not downplay sexual harassment but highlighted the fact that society in general does it. In their view, bystanders normalize situations of sexual harassment, when they regard them as banter or an acceptable form of behavior: “*They make a joke of everything...*” (F). It emerges clearly that the girls realize that society accepts behavior constituting sexual harassment, which makes them more vulnerable.

It may be said that the girls see sexual harassment as something offensive, while the boys see it as an easily excusable form of behavior, that they sometimes regard as unintentional.

In general, both the boys and the girls include sexual harassment behaviors on what Liz Kelly called the *continuum of violence* (Kelly, 1988, 2013). Sexual harassment is seen as a less serious form of violence, but one that can lead to more severe forms, such as rape: “*The consequences in the future, for instance, could lead to rape.*” (M); “*...rape starts with harassment.*” (M).

Although, at the start of the focus group discussion, some of the boys confused sexual harassment with rape, throughout the conversation the distinction took more definite shape in their discourse.

As regards where it occurs, boys and girls both mentioned public spaces in general, in particular in the street, in bars and clubs, on public transport (such as the underground and buses), and at school. The girls' group also stressed taxis, sharing many personal experiences in which taxi drivers had harassed them. Social networks and online platforms were also mentioned as places where harassment occurs, but, in general, the young people of both sexes tend to think it is easier to stop this behavior on social networks because it is possible to block contacts, and also because they feel safer to respond and react. Despite being aware of the dangers of the internet, young people appear to have greater confidence in security systems such as blocking contacts.

Defense and response strategies to sexual harassment feature more prominently in what the girls had to say than boys. For example, they referred having to change their daily routes and routines, walking faster, pretending to be on the phone, asking friends of both sexes to go with them, and only taking taxis when the driver is known and trusted by their parents.

Both boys and girls appear to agree about the emotional consequences of sexual harassment. The most common consequences mentioned were depression and fear of being in public spaces, but the restrictions on freedom and consequent impossibility of having a normal life were the consequences considered by the girls as the worst: “*And the girl had to change to another school*” (F); “*if you're a victim, you turn in on yourself.*” (F)

The boys made several mentions of the possibility of sexual harassment leading the victim to commit suicide, showing a clear perception of the severity of the consequences of this behavior.

The group of boys presented a contradictory perception of sexual harassment. While, on the one hand, they downplay and minimize these behaviors, they also point to severe consequences for the victim. This contradiction may have to do, in part, with the growing awareness in our society of sexual harassment behaviors, but also with the fact that they quite often identify with the role of the harasser.

On the other side, girls centred the conversation on their personal experiences, highlighting the fact that sexual harassment corresponds to a variety of unwanted behaviors that force them to find defensive strategies. According to Liz Kelly (1988), this concern with creating a safety net consisting of different responses to different sexual harassment behaviors is something that can be called *safety work* and results from the restrictions on their freedom experienced by women.

Who are the victims?

When asked about who the victims are, both boys and girls acknowledged that the great majority of victims are women. The girls said that the victims are mostly young,

pointing out that young women are generally defenseless: “*because younger people are less able to defend themselves*” (F). They also said that the risk of sexual harassment increases when they are alone in public places, including on public transport and particularly at night: “*Oh, of course, if we are with someone... but on our own it's much worse*” (F).

The boys mentioned that they could also be victims of sexual harassment, especially when they are younger, and even at school. However, when it came to concrete examples of harassment against boys that they could remember, the group only mentioned two situations.

Both groups agreed on the fact that age is a factor of vulnerability, pointing out that younger girls are the more readily accessible victims for harassers.

As regards social representations of victims, boys and girls presented entirely different views. In the opinion of the girls, the victims are young, silenced and isolated. Feelings of loneliness and isolation were closely connected to the fact that they do not feel understood or supported by society: “*normally the girls don't talk about it. Out of fear... or even shame...*” (F). The boys, on the other hand, described the victims as the prettier and more attractive girls who show more of their bodies: “*[about who the victims are] Women, girls who are nicer looking, hot or better built, who show themselves more ...*” (M). This perception places the tonic on the victim, her beauty and behavior, and once again removes responsibility from the harasser.

Albeit with some differences, both groups placed some emphasis on the victim as justifying harassment, conveyed by discourses that explicitly or implicitly attributed blame to the victim. For the boys, the victim often provokes the harassment, and the way

they dress allows the harassment: “*And some of them like... to be provocative.*” (M).

Besides, some boys said that girls feel good and have higher self-esteem if they are harassed: “*It makes them feel better [being harassed]*” (M). This idea that the self-esteem of young women is directly linked to their physical appearance is a reflex of a society that attaches prime importance to female bodily appearance, and also to the sexualization and objectification of the female body.

The girls described the victims as potential liars and as often exaggerating the facts and situations, and looking for someone to feel sorry for them. However, they also expressed fear of not being believed if they reported a situation of harassment. This confronts us with a contradiction revealing a process of othering. When the girls refer to other girls they do not know, or who do not belong to their circle of friends, they tend to see them as provoking and being responsible for sexual harassment: “*I sometimes think that things aren't exactly how they say. I think they sometimes make it out to be more than it is... [referring to other girls]*” (F). In contrast, in the case of a friend or when they describe their own experiences, the victim is seen as a defenseless and not blamable. This process is a way in which the girls avoid identifying themselves as victims and, at the same time, a reproduction of sexist prejudices and gender stereotypes which are deeply rooted in society, blaming women and girls for sexual violence.

Who are the harassers?

When asked about who are the harassers, the young people said that they are schoolmates, but they also pointed out teachers, school staff, and older men as more likely persons to be harassers. They all identified that it is more common for harassers to be men rather than women.

The girls said that harassers could be people the victim knew, or others not known to the victim. Girls' representations of harassers were even more explicit than those of the boys, referring to specific groups of people, taking their own past experiences into account. For example, the girls mentioned various episodes of harassment by taxi drivers, as mentioned above, who tried to make advances to young girls in an intrusive way, asking them personal questions. Several girls shared stories of abuse in taxis, and some of them said they were afraid to take a taxi by themselves. Another group mentioned were construction workers, whom the young women identified as harassers, mainly when in groups. The girls also referred to the difference in behavior when harassers are alone or in a group, explaining that the same person, when alone, would most likely not harass anyone. The boys identified police officers as harassers, expressing amazement at this, because of their professional status. In addition, it is also relevant to mention that young people have demarcated social representations of harassers. This demarcation presents itself not only as a distinction between people called "normal" and harassers, but there is also a difference in the position of the girls and the boys concerning these representations. In the case of the girls, the harasser is seen as a coward, a disgusting man, a "pig", a pervert, or a madman: *"you get old guys who can't keep their hands off you! What they do to young girls... They're pigs!"* (F); *"look, I think that sexual harassment is those perverted men you see around. Trying it on with all the women... Like those crazy teachers with their winks and wandering hands, all that stuff..."* (F).

The social representations concerning harassers from the boys were different from those of the girls, as the boys described them as men in need of affection. The boys tend to accept that the harassers' behavior is a strategy to win a girl's attention, and possibly to

get a girlfriend, who, from the perspective of some boys of the group, has to be pretty and attractive.

The boys also mention the harassers' wife or girlfriend as partly responsible for the harassment, because “... *the woman won't give him what he wants so he looks elsewhere.*” (M). Thus, this is a suggestion that the sex life of a couple may be relevant, implying that the man (who is seen as needing regular sexual relations) is justified in his apparent need to harass women (who are seen as more available). This conception is related to gender stereotypes as regards the role of men (Breitenbecher and Scarce, 1999; Jackson and Weatherall, 2010; Rubin, 1992). It is also important to point out that, when they referred to female harassers, the boys described them in derogatory terms that belittle them and show that they see them as “not very feminine” and unattractive people. “*Ah, she was the war tank*” (M).

Conceptions of masculinities and femininities

During the focus group discussions, there were several discourses, particularly from the boys, that can be related to conceptions of masculinities and femininities.

The female body and its sexualization was mentioned by both boys and girls. The girls said that boys only commented on women's bodies and their physical attributes:

“*[girls mention that the boys were laughing] Do you know why they were making fun of me? Because my breasts are a bit big... I think that's terrible, don't you?*” (F); “*they only talk about girls... either they're fat, or this or that.*” (F).

In a way that corresponds to this, the boys present a sexualized discourse about different parts of the female body: “*Normally a man can wear a t-shirt or something that*

just shows his arms, a bit of his chest, shorts that show his legs... girls are more bum, breasts. It draws more attention to certain parts of the body [about clothing]" (M).

The appearance of girls is the subject of remarks and scrutiny by the boys, who often said that “[*there are*] *better looking [girls], with a nicer body, who show themselves off more [...]* *There are girls that wear shorts skimpier than my boxers!*” (M). This need to comment on and analyze girls' clothing is also given prominence concerning sexual harassment, as some boys explain that wearing “skimpier” clothes in the street “*is no excuse for [sexual harassment] but can encourage it.*” (M).

The boys have a vision of the ideal man based on conceptions of masculinity. They said that, if the boy is relatively young, if he is smartly groomed and has a beard, the girls may actually like being harassed by him. This implies that, for them, the ideal man has to be well groomed, young, but already sporting a beard (expression of his masculinity).

The group of boys also addressed the need to protect girls. In the first place, the opinions that stand out are that men, because they are strong and masculine, dispense any protection, while women are fragile and sensitive. Again, these conceptions concerning masculinity correspond to the stereotypes of the strong man who protects the 'opposite' sex. Closely associated with this discourse were also concepts of complementarity and heteronormativity. Complementarity is closely connected to romantic love, and to the need for a couple, man and woman, to complement each other. In this complementarity view, a woman is incomplete without a man. As regards harassment, the idea is that girls are vulnerable and need protection from their 'other half' so as to be “protected from the world”: “[*When faced with a situation of harassment*] *Sometimes it's enough, when he*

puts his arm around her, and the other says 'ah, she's got a man!' ...sometimes an attitude showing that he's her boyfriend or something...' (M).

Heteronormativity flows from the idea of heterosexual complementarity and the non-acceptance of (in this case, even repugnance at) different sexual orientations. The boys said clearly that if it is another boy being harassed, they do not react in the same protective way, as he is expected to look after himself: *"He looks after himself. [in dealing with harassment]" (M); "I am not going to put my arm around him, to protect him."* (M).

Discussion

Sexual harassment has increasingly been identified as a social and organizational problem internationally and in Portugal, with devastating consequences for the victims, resulting in high social and human costs. Given its implications, it represents an obstacle to the development of democratic values and social justice (Magalhães et al., 2017).

This preliminary study conducted in a school in the North of Portugal brought new insights into the perspectives of young people about sexual harassment. From the dynamics in the focus groups, it was possible to conclude that both boys and girls were interested in debating sexual harassment, even without feeling very at ease with the topic, as shown by how they joked or shifted the focus away from sexual harassment. In any case, the young people succeeded in expanding on the conception of sexual harassment, identifying this form of violence as part of broader forms of violence. Liz Kelly (1988, 2013) has developed the concept of the *continuum of violence*, explaining that most violence does not occur as an occasional single episode, but as something present in the daily routine of women, as if it were something normative and functional. In this study,

young people identified that the most extreme form of sexual harassment could lead to rape. This acknowledgement is fundamental for these types of violence to be considered serious and unacceptable by society. Witkowska (2005) also identifies that 49% of her sample of young students consider that sexual harassment is a problem at school. In addition, a report by the Women and Equalities Committee (2016) reveals that, in 2014, 59% of girls aged between 13 and 21 had been the victims of some form of sexual harassment at school. On the other hand, although in our study the young people recognized that harassment is wrong, their discourses also revealed a tendency to blame women, saying that sometimes the women provoke or seek male attention.

The social representations concerning victims and harassers differed between the groups of boys and girls. In the case of the girls, their attitude diverges if they were talking about themselves (or someone they know) as victims, from when they referred to situations that happened to other girls. When they conceive of themselves as possible victims, the young women recognized the difficulty of denouncing what happened, because society treats this type of violence as natural. However, when the victims were other girls or women not of their acquaintance or outside their circle of friends, the girls were quick to call them liars. In the case of the boys, they sought to downplay and excuse the behavior of harassers.

Discourses related to the conception of masculinities and femininities were also recurrently observed in these groups, especially among the boys. The boys described male harassers as people with needs, who lacked affection, sometimes because their wife or partner failed to provide it, and who often are unable to control their desire for girls. At the same time, the boys made comments about girls' bodies and appearance, and see their

bodies as sexualized and objectified (Butler, 1993). On the subject of these comments, the girls said that this sexualization of their body is uncomfortable for them. The ideology of complementarity was also described by the boys when they consider that girls need protection from a boy/man.

As identified by Witkowsa (2005), it is girls who are described as the primary victims. The consequence of harassment most often mentioned by the girls when referring to actual cases of abuse, as well as the need to change their routines and restrictions on their freedom are two aspects that point, in this study, to girls and women as being at higher risk of sexual harassment. Suicide was also identified by both groups as a possible result of situations of harassment. Response strategies to sexual harassment are also considered to be particularly relevant, as these strategies were mentioned mainly by the girls and involved not only attempts to secure protection (e.g., using taxis where they know the driver or blocking someone on Facebook), but also attempts to show that they are with someone (like talking on the phone, taking a female friend when walking...).

Taking into consideration the analysis of the data presented, it was also possible to understand that there are gender differences in the perceptions of sexual harassment: girls were more sensitive to defining behaviors that constitute sexual harassment, whilst boys more easily passed them off as “banter”, which is in line with the findings of Rotundo, Nguyen, and Sackett (2001). Moreover, with these discussions, it was also possible to conclude that there is a long way to go in preventing sexual harassment behaviors in public places, including schools.

It is therefore possible to see that the perception of harassment is changing. In the not very distant past, women's discourse would tend to accept and blame themselves for

the sexual harassment they suffered (Pena et al., 2011). Today, girls are challenging these discourses, as they are able to identify themselves as victims and recognize that these behaviors undermine their freedom. However, the girls still resisted identifying other women as victims, adopting the hegemonic discourse in relation to them. Similarly, the boys also presented signs of changing, by recognizing sexual harassment as violence and its consequences.

From this study it is possible to identify that primary prevention of gender violence in schools is essential, in order to work on young people's conceptions concerning these issues. Systematic and holistic intervention, addressing stereotypes and gender inequality, will permit a shift away from sexist and chauvinist behaviors (Magalhães, Canotilho, & Brasil, 2007).

Schools are one of the places where young people are socialized and learn to relate to their peers, so they are promising places to develop values and attitudes of respect for others, and, as such, they need to work towards a "significant change in gender construction and in what it means to be a man or a woman" (Magalhães et al., 2007, p. 47).

The use of this research methodology made it possible to understand what the young people who participated in the project thought about the issue, and identify avenues for addressing these problems with young people. It also highlighted the importance of addressing sexual harassment in schools, as stereotypical ideas and myths about this and other forms of gender violence still abound. It is therefore considered that this research is a useful contribution to the understanding of young people's perceptions of this type of gender violence and consequently to adjusting prevention strategies,

pointing to the need for more and better investment in education to ensure that sexual harassment is recognized and prevented (Mohipp & Senn, 2008).

References

Agenda (2015). Agenda: A young people's guide to making positive relationships matter.

Retrieved from: <http://agenda.wales/>

Alonso-Ruido, P., Rodriguez-Castro, Y., Pérez-André, C., & Magalhães, M. (2015).

Estudio cualitativo en un grupo de estudiantes ourensanos/as sobre el fenómeno del Sexting. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología Y Educación*, 13, 58-62.

doi:10.17979/reipe.2015.0.13.319

Amâncio, L., & Lima, L. (1994). *Inquérito nacional sobre assédio sexual no mercado de trabalho – Relatório Final*. Lisboa: CITE.

Banyard, V., Plante, E., & Moynihan, M. (2004). Bystander education: Bringing a broader community perspective to sexual violence prevention. *Journal of*

Community Psychology, 32(1), 61-79. doi:10.1002/jcop.10078

Banyard, V., Plante, E., & Moynihan, M. (2005). *Rape prevention through bystander education: Bringing a broader community perspective to sexual violence*

prevention. Project Report. U.S.: Department of Justice.

Berkowitz, A. (2009). *Response Ability: Complete Guide on Bystander Behavior*.

Chicago: BECK & CO.

Breitenbecher, K., & Scarce, M. (1999). A longitudinal evaluation of the effectiveness of a sexual assault education program. *Journal of Interpersonal Violence*, 14(5), 459-

478. <http://dx.doi.org/10.1177/088626099014005001>

Bryman, A., & Burgess, R. (Eds.). (2002). *Analyzing Qualitative Data*. New York:

Routledge.

Butler, J. (1993). *Bodies that Matter: On the discursive limits of "sex"*. New York: Routledge.

Carmody, M., Evans, S., Krogh, C., Flood, M., Heenan, M., & Ovenden, G. (2009). *Framing best practice: National Standards for the Primary Prevention of Sexual Assault Through Education*. Hobart: National Association of Services Against Sexual Violence.

Colarelli, S., & Haaland, S. (2002). Perceptions of sexual harassment: An evolutionary perspective. *Psychology, Evolution & Gender*, 4, 243-264.
doi:10.1080/14616661.2002.10383127

Council of Europe (2011). *Council of Europe Convention on Preventing and Combating Violence against Women and Domestic Violence*. Strasbourg: Council of Europe Publishing.

Cruz, A. (2012). Do Fazer ao Dizer e do Dizer ao Fazer. In M. J. Magalhães, A. Cruz & R. Nunes (Org.), *Pelo Fio se Vai à Meada: Percursos de Investigação Através de Histórias de Vida* (pp. 171-195). Lisboa: Ela Por Ela.

Fenton, R., Mott, H., McCartan, K., & Rumney, P. (2016). *A review of evidence for bystander intervention to prevent sexual and domestic violence in universities*. London: Public Health England.

Fitzgerald, L., Gelfand, M., & Drasgow, F. (1995). Measuring sexual harassment: Theoretical and psychometric advances. *Basic and Applied Social Psychology*, 17(4), 425-445. doi:10.1207/s15324834basp1704_2

FRA (2014). *Violence Against Women: An EU-wide survey – main results*. Vienna: European Union Agency for Fundamental Rights.

- Girlguiding Response (2016). *Women and Equality Committee Inquiry: Sexual harassment and sexual violence in schools – Girlguiding Response*. Retrieved from <https://www.girlguiding.org.uk/globalassets/docs-and-resources/research-and-campaigns/sexual-harassment-in-schools-inquiry---girlguiding-response-may2016.pdf>
- Hester, M., & Lilley, S. (2014). *Preventing Violence Against Women: Article 12 of the Istanbul Convention [online]*. Strasbourg: Council of Europe. Retrieved from: www.coe.int/t/dghl/standardsetting/convention-violence/thematic_factsheets/Article
- Hill, C., & Kearn, H. (2011). *Crossing the line – Sexual Harassment at Schools*. AAUW, Washington. Retrieved from: <https://www.aauw.org/files/2013/02/Crossing-the-Line-Sexual-Harassment-at-School.pdf>
- Jackson, S., & Weatherall, A. (2010). The (Im)possibilities of feminist school based sexuality education. *Feminism & Psychology*, 20(2), 166-185.
doi:10.1177/0959353509349603
- Katz, J., Heisterkamp, A., & Fleming, M. (2011). The Social Justice Roots of the Mentors in Violence Prevention Model and Its application in a High School Setting. *Violence Against Women*, 17(6), 684-702. doi:10.1177/1077801211409725
- Kelly, L. (1988). *Surviving Sexual Violence*. Oxford: Polity Press.
- Kelly, L. (2013). *Surviving Sexual Violence*. Oxford: John Wiley & Sons.
- Kitzinger, J. (1995). Qualitative research: introducing focus groups. *BMJ*, 311(7000), 299-302. <http://dx.doi.org/10.1136/bmj.311.7000.299>

- Latané, B., & Darley, J. (1970). *The unresponsive bystander: Why doesn't he help?* New York: Appleton-Century Crofts.
- LaViolette, A., & Barnett, O. (2000). *It could happen to anyone – Why women stay.* Thousand Oaks, Calif: Sage Publications.
- MacKinnon, C. (1987). *Feminism unmodified: Discourses on life and law.* Cambridge: Harvard University Press.
- Mackinnon, C. (1979). *Sexual harassment of working women: A case of sex discrimination.* Connecticut: Yale University Press.
- Magalhães, M. (2012). Construção do sujeito mulheres: Subjetividade das vozes e dos silêncios In M. J. Magalhães, A. Cruz & R. Nunes (Org.), *Pelo Fio se Vai à Meada: Percursos de Investigação Através de Histórias de Vida* (pp. 25-51). Lisboa: Ela Por Ela.
- Magalhães, M., Canotilho, A., & Brasil, E. (2007). *Gostar de mim, gostar de ti: Aprender a prevenir a violência de género.* Porto: UMAR.
- Magalhães, M., Teixeira, A., Dias, A., Cordeiro, J., Silva, M., & Mendes, T. (2017). *Prevenir a Violência, Construir a Igualdade.* Porto: UMAR.
- Magalhães, M., Hagemann-White, C., Lopez, R., & Costa Silva, V. (2016). Comparative paper of the intervention against domestic violence in Portugal, Slovenia, Germany and the UK. Osnabruck: Projet CEINAV. Retrieved from:
https://www.fpce.up.pt/love_fear_power/pdfs/publicacoes/2016_MJM_CHW_CEI_NAV_DV_Comparative_paper.pdf

- Mendes, T. (2016). *A desocultação da violência sexual pelas vozes de mulheres sobreviventes: Um estudo exploratório em relações de intimidade* (Dissertação de Mestrado). Retrieved from Repositório Aberto da Universidade do Porto.
- Meyer, E. (2008). A feminist reframing of bullying and harassment: Transforming schools through critical pedagogy. *Journal of Education*, 43(1), 33-48.
doi:10.7202/019572ar
- Mohipp, C., & Senn, C. (2008). Graduate students' perceptions of contrapower sexual harassment. *Journal of Interpersonal Violence*, 23(9).
doi:10.1177/0886260508314299
- Pena, A., Bento, A., Kristensen, C., Paiva, C., Miguel, C., Beutin, C., ... & Retory, Y. (2011). *Relatório final do Projeto Rota dos Feminismos contra o Assédio Sexual nos Espaços Públicos, na Rua e no Trabalho*. Retirado de Projeto Amor, Medo e Poder website:
https://www.fpce.up.pt/love_fear_power/bystanders/publicacoes/relat_Rota_Feminis_Assedio_2011_UMAR.pdf
- Potter, S., Moynihan, M., Stapleton, J., & Banyard, V. (2009). Empowering bystanders to prevent campus violence against women: A preliminary evaluation of a poster campaign. *Violence Against Women*, 15(1), 106-121.
doi:10.1177/1077801208327482
- Reay, D. (2001). "Spice Girls", "Nice Girls", "Girlies", and "Tomboys": Gender discourses, girls' cultures and femininities in the primary classroom. *Gender and Education*, 13(2), 153-166. doi:10.1080/09540250120051178

- Ritchie, J., & Lewis, J. (Eds.). (2003). *Qualitative research practice: a guide for social science students and researchers*. London: Sage Publications.
- Rotundo, M., Nguyen, D., & Sackett, P. (2001). A meta-analytic review of gender differences in perceptions of sexual harassment. *Journal of Applied Psychology*, 86(5), 914-922. doi:[10.1037//0021-9010.86.5.914](https://doi.org/10.1037//0021-9010.86.5.914)
- Rubin, G. (1984). Thinking sex: Notes for a radical theory of the politics of sexuality. In Carole S. Vance (Ed.), *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality* (pp. 143-178). Boston: Routledge and Kegan Paul.
- Stanko, B. (1985). *Intimate Intrusions: Women's experience of male violence*. London: Unwin Hyman.
- Sim, J. (1998). Collecting and analysing qualitative data: Issues raised by the focus group. *Journal of Advanced Nursing*, 28(2), 345-352.
<http://dx.doi.org/10.1046/j.1365-2648.1998.00692.x>
- Sottomayor, M. (2015). A convenção de Istambul e o novo paradigma da Violência de Género. *Ex æquo*, 31, 105-121.
- Sottomayor, M. (2017). *Cumprir a Convenção de Istambul: A natureza pública ou semipública do crime de violação?* Retrieved from:
http://www.umarfeminismos.org/images/stories/temporario/Cumprir_a_Conven%C3%A7%C3%A3o_de_Istambul_por_Clara_Sottomayor.pdf
- Timmerman, G. (2003). Sexual harassment of adolescents perpetrated by teachers and by peers: An exploration of the dynamics of power, culture and gender in secondary school. *Sex Roles*, 48(5/6), 231-244. doi:10.1023/A:1022821320739

- Torres, A., Costa, D., Sant'Ana, H., Coelho, B., & Sousa, I. (2016). *Assédio sexual e moral no local de trabalho em Portugal: Policy Brief*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Vera-Gray, F. (2016). Men's stranger intrusions: Rethinking street harassment. *Women's Studies International Forum*, 58, 9-17. doi:10.1016/j.wsif.2016.04.001
- Wise, S., & Stanley, L. (1987). *Georgie Porgie: Sexual harassment in everyday life*. London: Pandora Press.
- Witkowska, E. (2005). *Sexual harassment in schools – Prevalence, structure and perceptions*. Sweden: National Institute for Working Life.
- Women and Equalities Committee (2016). *Sexual harassment and sexual violence in schools*. London: House of Commons.

Domestic violence: Aggressors' profile and Crime characteristics

Diana Figueiredo¹, Juliana Nunes¹, Máximo Colón², Helena Gaspar² e Pissarra da Costa¹

¹Hospital Sousa Martins - ULS Guarda

²Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses do Centro

Author Note

Diana Figueiredo, Hospital Sousa Martins – ULS da Guarda, E.P.E., Guarda, Portugal.
Juliana Nunes, Hospital Sousa Martins – ULS da Guarda, E.P.E., Guarda, Portugal. Máximo
Colón, Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses do Centro, Coimbra,
Portugal. Helena Gaspar, Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses do
Centro, Coimbra, Portugal. Pissarra da Costa, Hospital Sousa Martins – ULS da Guarda,
E.P.E., Guarda, Portugal.

The authors do not have financial, personal, or professional conflicts of interests. The
study was conducted according to APA ethical standards.

Corresponding author: Diana Figueiredo, Hospital Sousa Martins – ULS da Guarda,
E.P.E., Av. Rainha D. Amélia, 6301-857, Guarda, Portugal. Fax: +351 271 200 305; Tel:
+351 271 200 200; Email: dianabrigadeiro@gmail.com.

Abstract

Background: The actual number of domestic violence crimes is difficult to achieve. It is known that most of the cases of domestic violence remain unreported. There were several myths associated with this type of crime that have been rooted and have remained as truths over time. One of the myths was the association of the practice of domestic violence with the presence of psychopathology in the aggressor. **Aims:** To outline the socio-demographic and psychological/psychiatric profile of domestic violence perpetrators and to characterize this crime. **Methods:** Retrospective study of the forensic and social files in which the nature of the process was domestic violence crime that were examined at the Center Delegation of the National Institute of Legal Medicine and Forensic Sciences (DC-INMLCF), dating from January 1st 2013 to December 31st 2015. **Results and Conclusions:** A total of 266 cases were analyzed. The perpetrator of the crime of domestic violence was a male, aged between 41 and 50 years old, married, spouse of the victim, employed, with no alcohol or drug use habits, no criminal record and no psychopathology. Domestic violence crime was of the physical and psychological type, lasting from 1 month to 5 years, which occurred mainly in the common residence or residence of the victim and in the absence of minors.

Keywords: domestic violence, aggressors, profile, psychopathology

Domestic violence: Aggressors' profile and Crime characteristics

Domestic Violence is defined as a violent behavior or coercive control pattern exercised, directly or indirectly, on any person who lives in the same household, or who, even if not cohabiting, was a partner or ex-partner of the victim or family member (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; CIG et al., 2016).

Domestic violence has serious physical, emotional, psychological and social consequences for the victim, often resulting in the loss of its highest good: life (CIG et al., 2016).

Although not exclusively, this is a crime most often exercised against female (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; APAV, 2015, 2016). The perpetrator is almost invariably male and is, or has been, partner or spouse of the victim (APAV, 2015, 2016).

According to the Council of Europe, domestic violence against women is the leading cause of death and disability among women aged between 16 and 44 years old, surpassing cancer, road accidents and even war (CIG et al., 2016).

There are several myths associated with this type of crime that have been rooted and have remained as truths over time. One of the myths is the association of the practice of domestic violence with the presence of psychopathology in the aggressor (APAV, 2015; CIG et al., 2016). The science showed that only five to 10% of the aggressors have some type of mental disorder (CIG et al., 2016). Other myth is the association of domestic violence with drug or alcohol consumption and abuse. This association has not been confirmed by investigations (CIG et al., 2016).

The actual number of domestic violence crimes is difficult to achieve. It is known that most of the cases of domestic violence remain unreported (APAV, 2015, 2016; European Union Agency for Fundamental Rights, 2014).

Aims

To outline the socio-demographic and psychological/psychiatric profile of the perpetrators of domestic violence and to characterize the crime, by collecting the following data: sex, age, marital status, occupation, presence/absence of substance use, victim/perpetrator relationship, nature of the crime, place of crime, criminal record, presence of minors and psychiatric diagnosis.

Method

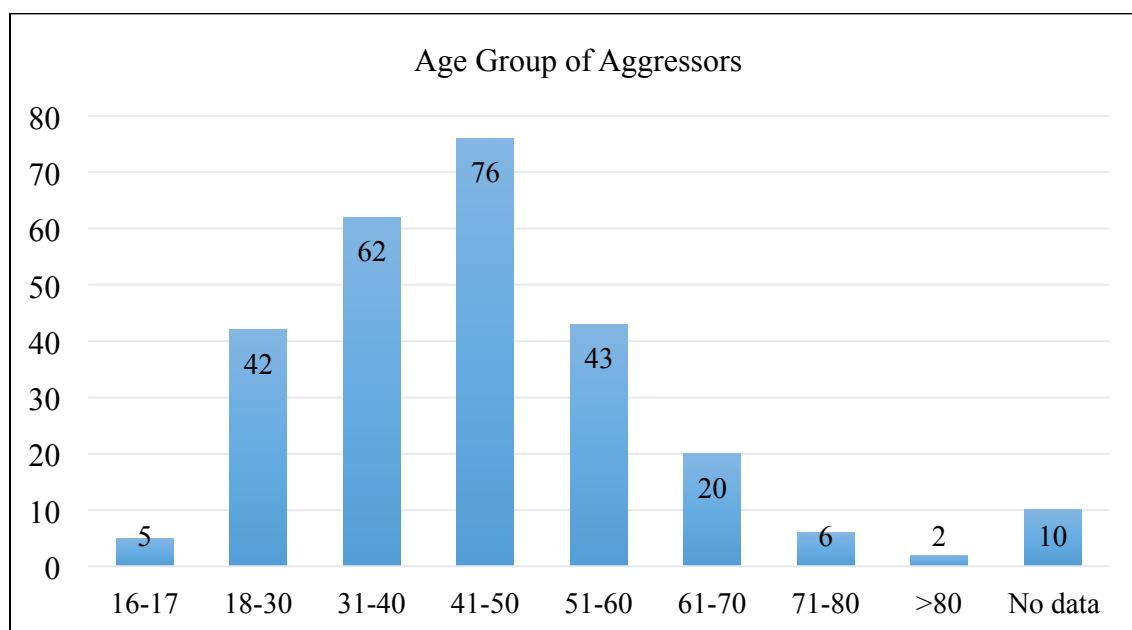
Retrospective study of the forensic and social files in which the nature of the process was domestic violence crime (Article 152 of the Portuguese Penal Code – law which defines the domestic violence crime) that were examined at the Center Delegation of the National Institute of Legal Medicine and Forensic Sciences (DC-INMLCF), dating from January 1st 2013 to December 31st 2015.

A total of 266 files were analyzed: 67 files dated of 2013, 64 files dated of 2014, and 135 files dated of 2015.

Results

The Aggressor

The analysis of the aggressors profile showed that almost all were males (90%) and 52% ($n=76$) were between 41 and 50 years (*Graphic 1*). Regarding the marital status, most were married (49%), 33% were single, 16% were divorced, and in 2% these data were not available. As for the occupational activity, 56% were employed, 19% were unemployed, 12% had no occupation, 8% were retired, 3% were retired due to disability, and in 2% this information was not available.



Graphic 1. Distribution according to age group of the aggressors

In most cases, the offender was the spouse of the victim (45%), in 25% the offender was the partner, in 9% ex-spouse, in 7% ex-partner, in 7% the child, in 4% parents, in 1% a grandchild, in 1% another relative, and 1% other.

The majority of the aggressors (64%) did not have alcoholic or narcotic drugs habits, 26% had only alcoholic habits, 6% had alcohol and narcotic drugs habits, and 4% had only narcotic drugs habits.

Only 7% ($n=20$) were submitted to forensic psychiatric/psychological examination. Of these, only six were proposed by forensic expert as Not Guilty for Reason of Insanity (NGRI) with the diagnosis of Mild mental retardation ($n=3$), Moderate mental retardation ($n=1$), Unspecified dementia ($n=1$), and Paranoid schizophrenia ($n=1$).

Most offenders had no criminal record. Only 7% ($n=19$) had a criminal record, from which 52% ($n=10$) had a criminal history of domestic violence. From these who had a criminal history of domestic violence, 70% ($n=7$) have been convicted for domestic violence against the same victim.

The Crime

The type of violence most frequent was simultaneous physical and psychological violence (80%). Physical violence occurred in 14% of the cases; simultaneous physical, psychological and sexual violence occurred in 4% of the cases and psychological violence in 2%.

The domestic violence was perpetrated continuously in most cases (90%), within a period of time between one month to five years in 38% of the cases, between six to 15 years in 27% of the cases, 16 to 25 years in 13% of the cases, 26 to 35 years in 10% of the cases, 36 to 50 years in 6% of the cases, more than 50 years in 2% of the cases, and in 4% these data were not available.

This type of crime occurred mostly in the common/victim residence (82%, $n=219$), 14% ($n=38$) of the cases occurred in a public place, and 4% of the cases in other place (e.g., victim's workplace, victim's vehicle).

Minors witnessed the violence acts in 36% of cases.

Violence against minors and elders occurred in four cases each. Violence against pregnant women occurred in one case.

Discussion

The great majority of investigation in domestic violence refers to violence against women, mainly intimate partner violence. There are very few studies about this crime in a more wide view. The number of studies that include others types of aggressors and others types of victims, such as such as violence against elderly, child abuse and domestic violence against men are scarce.

This can be easily understood if we take in consideration that most of the victims of this crime are women. Actually, as Walker (1999) pointed out, being a women is the most powerful risk marker for becoming a victim. Accordingly, studies focus on women victims of

intimate partner violence, the most common type of violence against them (Regueira-Diéguez et al., 2015).

Accordingly, the studies about the characteristics of the offenders are also scant when compared to the number of studies that focus in the victim. It is well established, however, that offenders are mostly males (APAV, 2015, 2016; CIG et al., 2016; Regueira-Diéguez et al., 2015; Walker, 1999).

However, the crime of domestic violence is much more than violence against women. Lately, others types of this crime have emerged such as violence against elderly, child abuse and domestic violence against men.

In Portugal, as in other countries, formal complaint on domestic violence crimes is as low as 39% in some researches (APAV, 2015, 2016). Actually, the European report of 2014 of the European Union Agency for Fundamental Rights about violence against women showed that only 33% of women victims of partner violence reported the crime to police or other organization, such as a victim support organization.

Though domestic violence is now considered a public crime in Portugal, an even lesser number are analyzed in court and by forensic services.

Although this research describes only the small number of cases that has reached forensic evaluation, the results were similar to those found in other studies in general Portuguese population (APAV, 2015, 2016) and in studies which focus only on intimate partner against women (Regueira-Diéguez et al., 2015) or in fatal intimate partner against women in Portugal (Pereira et al., 2013).

Actually, in a study of intimate partner against women in Spain showed that the offenders were males aged between 30 to 50 years old, married, employed, the most frequent type of violence were the combination of physical and psychological violence and minors were present during the acts of violence in 28.3% of the cases. However, the prevalence of

alcohol consumption and abuse was higher (58%) than in the present study, as was the prevalence of illegal drug abuse (23.2%). It should be noted that, although the presence of alcohol consumption and abuse was higher, this prevalence was lower than in the general Spanish population (76.6%) (Regueira-Diéguez et al., 2015). This fact occurred also in the present study.

The presence of minors during the abuse in the Spanish study was similar (36%). However this prevalence was lower than that reported by the European Union Agency for Fundamental Rights about violence against women. In the latter, 73 % of the victims of violence by their previous or current partner marked that children living with them were aware of the violence. This can be explained by the differences in the methods of the researches. In the present study, the presence of the minor were considered only if it was explicitly described, in the social report, that the minor was physically present when the aggression occur and not just that child was aware of the violence.

In fact, the analysis of the description of aggression showed that this percentage was not higher because there were no minors under the responsibility of that couple. In any of the cases, the analysis of the reports showed concern by the aggressor with the presence of a minor.

The present study confirmed that the common belief that psychiatric disorders are frequent in the perpetrators of crimes, namely in domestic violence, is only a myth. The consumption of alcohol or illicit drugs wasn't either more frequent in these offenders than in general Portuguese population (61.1% and 6.2%, respectively) (Direção-Geral da Saúde, 2016). These habits are, however, associated with a higher risk of homicide of the victim (Pereira et al., 2013).

Conclusions

The perpetrator of the crime of domestic violence was a male, aged between 41 and 50 years old, married, spouse of the victim, employed, with alcohol or drugs use habits not superior to the general population, with no criminal record and no psychopathology. Domestic violence crime was, most frequently, of the physical and psychological type, lasting from one month to five years, occurred mainly in the common residence or residence of the victim and in the absence of minors.

References

- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2015). *Estatísticas APAV – Crimes de violência doméstica [2013-2014]*.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2016). *Estatísticas APAV – Relatório Anual 2015*.
- Massena, A., Fernandes, C., Ravara, D., Ribeiro, F., Susano, H., ... Pena, S. (2016). *Violência Doméstica – Implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno*. Retrieved from http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/outros/Violencia-Domestica-CEJ_p02_rev2c-EBOOK_ver_final.pdf
- Direção-Geral de Saúde (2016). *Portugal – Saúde Mental em Números – 2015*. Lisboa.
- European Union Agency For Fundamental Rights (2014). *Violence against women: An EU-wide survey*.
- Pereira, A., Vieira, D., & Magalhães, T. (2013). Fatal intimate partner violence against women in Portugal: A forensic medical national study. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, 20(8), 1099-1107. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jflm.2013.09.015>
- Regueira-Diéguez, A., Pérez-Rivas, N., Muñoz-Barús, J., Vázquez-Portomeñe, F., & Rodríguez-Calvo, M. (2015). Intimate partner violence against women in Spain: A medico-legal and criminological study. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, 34, 119-126. doi:10.1016/j.jflm.2015.05.012
- Walker, L. (1999). Psychology and domestic violence around the world. *American Psychologist*, 54(1), 21-29. <http://dx.doi.org/10.1037/0003-066X.54.1.21>

Uma década de interdição e inabilitação:

Comparação dos processos ação de interdição/inabilitação entre dois triênios

Telma Santos*¹, João Alcaface¹, and Máximo Colón²

¹Centro Hospitalar do Baixo Vouga

²Unidade Funcional de Clínica Forense da Delegação do Centro do Instituto
Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF)

Author Note

Telma Santos and João Alcaface, Centro Hospitalar do Baixo Vouga, Aveiro (Portugal). Máximo Colón, Unidade Funcional de Clínica Forense da Delegação do Centro do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF) (Portugal).

The authors do not have financial, personal, or professional conflicts of interests. After the local ethics committee approved the study, it was conducted according to APA ethical standards.

Os autores manifestam o seu agradecimento à Unidade Funcional da Clínica Forense da Delegação do Centro do INMLCF pela possibilidade de realização deste trabalho.

Corresponding author: Telma Santos, Centro Hospitalar do Baixo Vouga, Avenida Doutor Artur Ravara, 3814, Aveiro, Portugal. Fax: + 234 378 395; Tel: + 234 378 300; Email: telmapatriciasantos@hotmail.com.

ENTRE DOIS TRIÊNIOS

Resumo

Introdução: À luz de uma sociedade em mudança, adensam-se do ponto de vista jurídico/legal ações de interdição/inabilitação que, apesar do intuito supremo de proteção dos incapazes maiores, condicionam de forma inequívoca a liberdade individual. Daí decorrente, a auscultação do percurso evolutivo psiquiátrico-forense da interdição/inabilitação é uma prática que deve comprometer qualquer sociedade, dado revestir-se de grande utilidade para o sistema clínico-forense. **Objetivo:** Avaliação e comparação das características sociodemográficas e psiquiátrico forenses dos processos de interdição/inabilitação no âmbito do Direito Civil, entre os dados do triénio (T.) de 2014-2016 e os do T. 2005-2007, realizadas na Unidade Funcional de Clínica Forense da Delegação do Centro do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF). **Material e métodos:** Análise estatística comparativa de dados, num total de 536 casos. **Resultados:** O universo da população em estudo para o T. 2014-16 ($N=410$), quando comparado com o do triénio anterior ($N=126$), evidenciam um acréscimo muito acentuado no número de casos. **Discussão:** Dos dados estimados, sobressai uma constância efetiva da avaliação comparativa entre triénios, no que concerne a maioria das categorias sociodemográficas e das variáveis psiquiátrico forenses. Existe, contudo, uma expansão percentual relativamente ao número de processos neste âmbito que parece ser decorrente, como expectável pelos autores, do aumento de patologias neurodegenerativas. **Conclusões:** A auditoria realizada e a constatação da elevada prevalência deste tipo de processos, reflete uma sociedade exigente e preocupada, mas também obriga a uma reflexão jurídica/medico-forense sobre os desafios de uma sociedade em evolução.

Palavras-chave: interdição, inabilitação, psiquiatria forense

ENTRE DOIS TRIÉNIOS

Uma década de interdição e inabilitação: Comparação dos processos ação de interdição/inabilitação entre dois triénios

As mudanças demográficas do último século, traduzidas na alteração e, por vezes, inversão da pirâmide etária, espelham o envelhecimento da população, que se reflete numa sociedade envelhecida, imbuída em questões sociais, médicas e legais. Mais ainda, o peso da longevidade, bem como o aumento de perturbações do foro neuropsiquiátrico e/ou outras, associa-se a questões referentes à diminuição de capacidades, físicas e intelectuais que requerem da sociedade civil uma intervenção ativa no que concerne à prestação de cuidados (Sampaio, 2016). Em Portugal, segundo estudos publicados, nomeadamente de 2002, mais de 60 mil cidadãos encontram-se em situação de incapacidade para gerir a sua pessoa e bens, sendo que, destes, mais de 80% não possuem representante legal que suporte essa função (Borges, Colón, Marques, & Vieira, 2008; Instituto Desenvolvimento Social [IDS], 2002; Cargaleiro & Vieira, 2017).

No ordenamento Jurídico português, encontram-se reguladas no Código Civil as ações referentes aos institutos de incapacidade dos adultos, nomeadamente a interdição e a inabilitação, incumbidos nos artigos 138.º a 151.º e artigos 152.º a 156.º, respetivamente. Os exames periciais psiquiátrico-forenses cíveis, especificamente no campo das ações especiais de interdição-inabilitação, aumentaram nos últimos anos, totalizando uma parte muito significativa do trabalho psiquiátrico-forense do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF) (Conde, Trancas, & Vieira, 2016).

Traduzindo, e à luz de uma sociedade em mudança, adensam-se do ponto de vista jurídico/legal ações de interdição/inabilitação que, apesar do intuito supremo de

ENTRE DOIS TRIÉNIOS

proteção dos incapazes maiores, condicionam de forma inequívoca a liberdade individual, confinando os direitos fundamentais consagrados dentro de uma sociedade solidária. Esta reclama, neste contexto, uma permanente adaptação do direito (Costa, 2010; Lei n.º 41/2013 – Código do Processo Civil [CPC] de 26 de junho da Assembleia da República, 2013).

Conquanto a decisão última seja de carácter judicial, o papel da perícia psiquiátrica nos processos de interdição/inabilitação reveste-se de suma importância, constituindo prova pericial fundamental e determinante. Daí decorrente, a auscultação do percurso evolutivo psiquiátrico-forense da interdição/inabilitação é uma prática que deve comprometer qualquer sociedade e um trabalho que se reveste de grande utilidade para o sistema clínico forense.

O foco do presente trabalho visa avaliar as características sociodemográficas e psiquiátrico-forenses relativas às perícias psiquiátricas referentes aos processos de interdição/inabilitação no Âmbito do Direito Civil, realizadas na Unidade Funcional de Clínica Forense da Delegação do Centro do INMLCF, respeitante ao triénio de 2014-2016 (T.2) e efetuar a comparação com os dados do triénio 2005-2007 (T.1).

Método

A presente investigação principia-se num estudo retrospectivo e descritivo sobre as perícias realizadas no âmbito do Direito Civil, referentes aos processos de interdição/inabilitação, relativos ao T.2 e, posteriormente, seguiu-se a análise comparativa com os dados obtidos do T.1. Em suma, foi objeto de estudo, um total de 536 casos de perícias psiquiátrico forenses referentes a processos de interdição/inabilitação no âmbito do Direito Civil alusivas aos triénios mencionados, pertencentes à área geográfica do distrito de Coimbra.

ENTRE DOIS TRIÉNIOS

Das categorias sociodemográficas constam sexo; idade; data de nascimento, estado civil, residência, naturalidade e situação profissional. Dos dados psiquiátrico-forenses foram avaliadas as seguintes variantes: o tipo de ação, o requerido, o diagnóstico e o parecer psiquiátrico forense. A classificação diagnóstica teve por base a 10ª classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde, CID-10 (OMS, 2000).

A análise de dados foi realizada em R, versão 3.2.5 (R Development Core Team, 2011).

Resultados

Dados Sociodemográficos

O universo da população em estudo para o T. 2 ($N = 410$), quando comparado com o do triénio anterior ($N = 126$), evidenciou um acréscimo muito acentuado do número de casos, como verificado facilmente através do gráfico [Gráfico 1 – n Casos/Triénio]. Neste último triénio, apurou-se uma diferença de quase 60% em relação ao número de indivíduos periciados em 2015, quando comparados com os do ano transato, tendo-se esse valor mantido praticamente inalterado no ano seguinte.

Relativamente ao género de indivíduos periciados, se no primeiro triénio a distribuição era uniforme (n feminino = 64; n masculino = 62), no último, ao revés, a população era maioritariamente feminina (n feminino = 253; n masculino = 153), sendo aproximadamente, dois terços dos periciados, mulheres [Género/Triénio]. Na análise destes resultados, verificou-se que é no ano de 2015 que a perda de uniformidade surge, mantendo-se em 2016.

ENTRE DOIS TRIÊNIOS

No que concerne à distribuição etária, constatou-se não existir diferenças significativas entre os dois triênios, apesar da média das mesmas ter sofrido um ligeiro incremento, de 52.8 anos para 56.3 anos.

Em relação ao estado civil, não se observaram diferenças com significância entre os triênios considerados, continuando a grande maioria (72.2%) dos indivíduos periciados solteiros (T. 1 = 69.0%). A categoria situação profissional, mantêm-se praticamente inalterada entre os triênios.

Dados Psiquiátrico-forenses

No último triénio considerado, as solicitações em contexto de processos de interdição/inabilitação, foram na sua maioria (98.5%) praticadas pelo Tribunal, o que contrasta com os dados do T.1 (58.7%).

Em relação ao diagnóstico, no T.2, constatou-se uma relativa constância com o do primeiro triénio, havendo a notar um acréscimo em relação à categoria F00-F09 (Perturbações Mentais Orgânicas, inclusive as sintomáticas) e um ligeiro decréscimo nas categorias F20-F29 (Esquizofrenia, Perturbações Esquizotípicas e Perturbações Delirantes) e F70-79 (Atraso Mental).

Considerando a categoria diagnóstico por faixa etária, no T.2 o Atraso Mental (F70-F79) foi o mais prevalente em todos os escalões etários considerados, com a exceção do escalão etário dos maiores de 60 anos. Com efeito, neste último, predomina o diagnóstico F00-F09, com 58.6%. Para efeitos comparativos entre os dois triênios, os dados revelaram que não houve alterações de grande monta em cada escalão etário relativamente ao tipo de diagnóstico.

Do ultimo triénio, resultaram 381 processos de interdição (92.9%), 10 de inabilitação (2.4%), 9 (2.2%) sem parecer favorável para interdição/inabilitação, e ainda

ENTRE DOIS TRIÉNIOS

10 casos (2.4%) cujo desfecho ainda não foi conhecido. Comparando com os dados do triénio anterior, constatou-se que os resultados mais expressivos foram ao nível da proporção de indivíduos interditados ($n\ T.1 = 105$), ao passo que aqueles que não cumpriam critérios psiquiátrico forenses para interdição ou inabilitação, diminuíram ($n\ T.1 = 12$).

No caso dos 381 diagnósticos a favor da interdição do último triénio, os mais frequentes foram os atrasos mentais moderados (74 casos) e graves (66 casos), que juntos perfazem 36.7% dos casos interditados. Em relação aos 9 diagnósticos em que se considerou não haver anomalia psíquica que os incapacitasse, 3 não padeciam de doença psiquiátrica, e os restantes apresentavam variados diagnósticos (F07.0 Transtorno orgânico da personalidade, F20.0 Esquizofrenia paranoide, F22 Transtornos de ideias delirantes permanentes, F31.7 Transtorno bipolar, atualmente em remissão, F71 Atraso mental e G20 Doença de Parkinson). Nos diagnósticos cujo resultado foi a inabilitação, a patologia mais frequente foi a F70 com 5 indivíduos e, com um indivíduo cada, F03, F10, F20.0, F20.5 e F25. Comparando este último triénio com o anterior, a distribuição das categorias de diagnóstico CID-10 não revelou variações com significância, considerando quer a inabilitação, quer a interdição. Verificou-se, de facto, um acréscimo de quase 50 pontos percentuais no escalão de Outro CID-10 no que diz respeito à interdição, no entanto, o número de indivíduos no primeiro triénio foi reduzido ($n=30$) [Gráfico 2 – Interdição/Diagnóstico (CID-10); Gráfico 3 – Inabilitação/Diagnóstico (CID-10)].

Discussão

Da análise criteriosa dos resultados, vislumbra-se o percurso de uma década (entre triénios considerados), da silhueta das ações especiais de interdição/inabilitação

ENTRE DOIS TRIÉNIOS

na Delegação Centro do INMLCF. Dos dados estimados, sobressai, uma constância efetiva da avaliação comparativa entre triénios, no que concerne a maioria das categorias sociodemográficas (com exceção do género) e das variáveis psiquiátrico forenses avaliadas. Assim, previsto pelos autores e ainda congruente com a literatura consultada (Borges et al., 2008), os processos continuam a assentar maioritariamente em solicitações de interdição, onde a generalidade dos examinados é solteira, padece de doença mental, nomeadamente atraso mental ou síndrome demencial, e, situa-se no escalão etário entre os 50 e 60 anos de idade. Do pedido, resulta a interdição como parecer psiquiátrico-forense maioritário, seguindo-se a inabilitação, com uma diferença assinalável e, posteriormente, aqueles cujo parecer é não favorável para interdição ou inabilitação.

Não obstante, as desigualdades entre os resultados numa década não podem deixar de merecer uma reflexão atenta e cuidadosa dos autores. A assinalar, o incremento do número de mulheres periciadas e o acréscimo numérico de processos a partir do ano de 2015, mantendo-se no ano de 2016. Relativamente a esta exposição, poder-se-á associar ao facto de no ano de 2014, o número de processos entrados e findos do Sistema Judicial Português ter sido invulgarmente elevado, consequência das transferências internas decorrentes da aplicação da Lei n.º 62/2013, de 28 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário) (DGPI, 2016). Esta situação permitiu que o maior número de processos acedido neste âmbito, traduzisse, possivelmente em 2015, com maior nitidez a proporção sociodemográfica portuguesa (PORDATA, 2017).

Dos dados psiquiátrico-forenses, destacam-se um aumento das solicitações realizadas em primeira instância pelo Tribunal e uma proporção crescente de indivíduos com parecer para interdição, e uma diminuição daqueles que não se consideram

ENTRE DOIS TRIÉNIOS

suscetíveis de serem interditados ou inabilitados. Ora, referente à primeira disparidade entre triénios há a assinalar que no passado, praticamente todos os pedidos tinham origem no Ministério Público, o que pode justificar esta discrepância. Contudo, estes eram solicitados em contexto de meros processos administrativos de natureza preparatória, para analisar a eventual necessidade de instalação à posteriori de um verdadeiro processo. Dos resultados dependem ainda vários fatores, se por um lado, parecem refletir uma aumento da sinalização de patologias neurodegenerativas, a associar-se com o aumento da esperança média de vida (no estudo, um acréscimo no escalão F00-09, onde se incluem síndromes demenciais), por outro, a acrescer a outras necessidades de proteção do interditando, a partir de 2012, os idosos, por exemplo, passaram a ter de formalizar contrato por escrito com lares ou instituições onde passem a residir, o que tornou mais saliente a necessidade da adequação da capacidade legal à capacidade real (cf. art.º 10.º da Portaria n.º 67/2012, de 21 de Março) (Conde et al., 2016). Neste seguimento, poder-se-á indagar uma possível mudança na iniciativa de requisição, respondendo a exigências sociais cada vez mais rigorosas, o que vislumbra uma sociedade civil mais atenta e informada. Progressivamente, ao invés do Ministério Público requerer a ação, passam, com o indelével intuito de defrontar estas entre outras dificuldades que obstaculizam os cuidados do indivíduo, a inaugurar e requerer legitimamente a ação especial de interdição ou inabilitação junto do Tribunal, os progenitores, o cônjuge, tutor ou curador deste, ou outro parente sucessível, sem necessária intervenção, a priori, do Ministério Público. Todavia, fatores alheios e não contemplados por este estudo, como o incremento do número deste tipo de processos e condições inerentes ao sistema judicial português e Ministério Público, poderão constituir uma outra justificação adequada face ao resultado obtido.

ENTRE DOIS TRIÉNIOS

O impacto de patologias mentais que influem capacidades intelectuais e cognitivas, de embate no funcionamento e autodeterminação, têm levado a um crescente número de processos de interdição/inabilitação, veiculados por uma sociedade contemporânea e atenta na priorização da proteção dos direitos dos indivíduos incapazes. Congruente com os resultados aferidos, ressalta, em suma evidencia, de todo o trabalho realizado, um manifesto acréscimo do número de processos entre triénios, a ultrapassar os 300%. A esta expansão percentual, contribui inegavelmente, como expectável pelos autores, do aumento de patologias neurodegenerativas numa população envelhecida, onde se encaixam as síndromes demenciais (F00-09 Perturbações Mentais Orgânicas, inclusive as sintomáticas) – como evidenciado nos resultados – e de exigências sociais que invocam a disposição normativa ao ordenamento jurídico.

A análise espelha a estatística publicada pela Direção Geral da Política de Justiça (DGPJ) (Conde et al., 2016; DGPJ, 2016), que revela um incremento significativo das ações especiais de interdição e de inabilitação e expõem a sociedade a uma problemática da proteção dos considerados incapazes com inerente comprometimento, biológico, clínico e legal, face à evidente impossibilidade de atribuição causal entre anomalia psíquica e incapacidade.

Conclusão

O estudo retrospectivo realizado e a constatação da elevada prevalência deste tipo de processos, reflete uma sociedade exigente e preocupada, mas também obriga a uma reflexão jurídica/medico-forense sobre os desafios de uma sociedade em reconstrução, parafraseando o Conselheiro TOMÉ GOMES: “*A adequação do regime das incapacidades seria a maior gratidão das gerações presentes à longevidade que nos foi dada pelas gerações passadas*” (Sampaio, 2016). Já neste seguimento, as novas

ENTRE DOIS TRIÉNIOS

propensões europeias apontam essencialmente para: máxima proteção da capacidade (ainda persistente); melhor adequação entre as medidas aplicadas e o grau de incapacidade; flexibilidade dos mecanismos processuais; qualificação dos representantes legais (Conde et.al.,2016; Paz & Vieira, 2014).

Referências

- Borges, S., Colón, M., Marques, A., & Vieira, D. (2008). Perfil dos indivíduos periciados no âmbito de processos de interdição/inabilitação na Delegação do Centro do Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P. (INML, IP). *Psiquiatria Clínica*, 29(3/4), 117-125.
- Cargaleiro, I., & Vieira, F. (2017). Avaliação Pericial da Capacidade Civil: Os Processos de Interdição/Inabilitação. In F. Vieira, S. Cabral, & C. Saraiva (Coord.), *Manual de Psiquiatria Forense* (pp. 213-224). Lisboa: PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Conde, M., Trancas, B., & Vieira, F. (2016). Revisitar processos, redefinir direitos: processos de levantamento de interdição-inabilitação (2010-2015). *Psicólogos*, 14(2), 8-22. <https://doi.org/10.25752/psi.10382>
- Costa, M. (2010). A desejável flexibilidade da incapacidade das pessoas maiores de idade. *Lusíada, Direito*, 2(7), 109-162.
- DGPJ. (2016). Os números da justiça 2016. Principais Indicadores das Estatísticas da Justiça. Disponível em: <http://www.siej.dgpj.mj.pt>.
- Instituto para o Desenvolvimento Social. (2002). *Guia para a intervenção com maiores em situação*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- Lei n.º 41/2013 – Código do Processo Civil de 26 de junho da Assembleia da República. Diário da República: I série, N.º 121 (2013). Acedido a 6 ago. 2018. Disponível em www.dre.pt.
- OMS. (2000). *CID-10. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde* (Vol. 1). São Paulo: EDUSP.

ENTRE DOIS TRIÉNIOS

Paz, M., & Vieira, F. (2014). A supressão do interrogatório no processo de interdição:

novos e diferentes incapazes? A complexidade da simplificação. *Revista do*

Ministério Público, 35(139), 61-109.

PORDATA. (2017). Base de Dados de Portugal Contemporâneo. População residente:

total e por sexo. Disponível em

<https://www.pordata.pt/Portugal/População+residente+total+e+por+sexo-6>

R Development Core Team. (2011). R: A language and environment for statistical computing. Vienna, Austria: The R Foundation for Statistical Computing.

Disponível em <https://www.R-project.org/>

Sampaio, M. (2016). Regime Jurídico das Incapacidades. Novo Instituto para a Proteção

dos Idosos. *Julgar Online*, 1-24. Disponível em: <http://julgar.pt/regime-juridico->

[das-incapacidades-novo-instituto-para-a-protecao-dos-idosos/](http://julgar.pt/regime-juridico-das-incapacidades-novo-instituto-para-a-protecao-dos-idosos/)

PROCEEDINGS BETWEEN TWO TRIENNIA

A decade of interdiction and disqualification: Comparison of
interdiction/disqualification action proceedings between two triennia

Telma Santos*¹, João Alcaface¹, and Máximo Colón²

¹Hospital Center of Baixo Vouga

²Clinical Forensics Functional Unit of the Center Delegation of the National
Institute of Legal Medicine and Forensic Sciences (INMLCF)

Author Note

Telma Santos and João Alcaface, Hospital Center of Baixo Vouga, Aveiro
(Portugal). Máximo Colón, Clinical Forensics Functional Unit of the Center
Delegation of the National Institute of Legal Medicine and Forensic Sciences
(INMLCF) (Portugal).

The authors do not have financial, personal, or professional conflicts of
interests. After the local ethics committee approved the study, it was conducted
according to APA ethical standards.

The authors express their gratitude to the Clinical Forensics Functional Unit of
the Center Delegation of the INMLCF for the opportunity to conduct this work.

Corresponding author: Telma Santos, Centro Hospitalar do Baixo Vouga,
Avenida Doutor Artur Ravara, 3814, Aveiro, Portugal. Fax: + 234 378 395; Tel: +
234 378 300; Email: telmapatriciasantos@hotmail.com.

Abstract

Introduction: In light of a changing society, from a judicial/legal standpoint, there is an increase of interdiction/disqualification actions which, despite their greater intention to protect unable adults, unequivocally condition individual freedom. As a result, attention to the psychiatric-forensic evolutionary trajectory of interdiction/disqualification is a practice that must compromise any society, as it is very useful for the clinical-forensic system. Objective: To assess and compare the sociodemographic and psychiatric-forensic characteristics of interdiction/disqualification proceedings within the scope of Civil Law, between the data of the triennia (T.) from 2014-2016 and of the T. 2005-2007, conducted in the Clinical Forensics Functional Unit of the Center Delegation of the National Institute of Legal Medicine and Forensic Sciences (INMLCF). Material and methods: Comparative statistical analysis of data, on a total of 536 cases. Results: The universe of the population under study for the T. 2014-16 (N= 410), when compared to that of the previous triennium (N=126), evidences a very steep increase in the number of cases. Discussion: The estimated data highlight an effective consistency of the comparative assessment between the triennia, with regard to the majority of sociodemographic categories and psychiatric-forensic variables. There is, however, a percentage expansion regarding the number of proceedings within this scope which, as expected by the authors, seems to be the result of an increase of neurodegenerative pathologies. Conclusions: The audit conducted and the high prevalence of these kinds of proceedings reflect a demanding and concerned society, but also require a judicial/medical-forensic reflection on the challenges of an evolving society.

Keywords: interdiction, disqualification, forensic psychiatry

A decade of interdiction and disqualification: Comparison of
interdiction/disqualification action proceedings between two triennia

The demographic changes of the last century, manifested in the modification and sometimes inversion of the age pyramid, reflect an ageing population, which, in turn, reflects an ageing society, imbued with social, medical and legal issues. Moreover, the weight of longevity, as well as the increase of neuropsychiatric disorders and/or other types of disorders, are associated with issues regarding the reduction of psychical and intellectual abilities, which demand active intervention from civil society in the provision of care (Sampaio, 2016). In Portugal, according to published studies, namely from 2002, over 60 thousand citizens are in a situation of inability to manage their person and their property, of which more than 80% do not have a curator who is responsible for these functions (Borges, Colón, Marques, & Vieira, 2008; Cargaleiro & Vieira, 2017; Social Development Institute [IDS], 2002).

In the Portuguese legal system, the Civil Code regulates actions regarding the institutes of adult inability, particularly interdiction and disqualification, entrusted in articles 138 to 151 and articles 152 to 156, respectively. Civil psychiatric-forensic expert examinations, specifically in the field of interdiction-disqualification special actions, increased in the last years, totaling a very significant part of the psychiatric-forensic work of the National Institute of Legal Medicine and Forensic Sciences (INMLCF) (Conde, Trancas, & Vieira, 2016).

In other words, and in light of a changing society, from a judicial/legal standpoint, there is an increase of interdiction/disqualification actions which, despite their greater intention to protect unable adults, unequivocally condition individual freedom, confining the fundamental rights consecrated within a society of solidarity.

This demands, in this context, a permanent adaptation of the law (Costa, 2010; Law n.º 41/2013 – Civil Procedure Code [CPC] of June 26, of the Assembly of the Republic, 2013).

Though the final decision is of a judicial nature, the role of expert psychiatric evaluations in interdiction/disqualification proceedings is of paramount importance, constituting fundamental and determining expert evidence. As a result, attention to the psychiatric-forensic evolutionary trajectory of interdiction/disqualification is a practice that must compromise any society, as it is very useful for the clinical-forensic system.

The focus of the present study is to assess the sociodemographic and psychiatric-forensic characteristics of the expert psychiatric evaluations related to interdiction/disqualification proceedings within the scope of Civil Law, conducted in the Clinical Forensics Functional Unit of the Center Delegation of the INMLCF, with respect to the triennium of 2014-2016 (T.2), and conduct a comparison with the data from the triennium of 2005-2007 (T.1).

Method

The present research is based on a retrospective and descriptive study of the expert evaluations conducted within the scope of Civil Law, regarding the interdiction/disqualification proceedings with respect to T.2 and, subsequently, a comparative analysis was conducted with the data obtained in T.1. In sum, this study included a total of 536 cases of psychiatric-forensic expert evaluations regarding interdiction/disqualification proceedings within the scope of Civil Law with respect to the aforementioned triennia, belonging to the geographical area of the district of Coimbra.

The sociodemographic characteristics include sex, age, date of birth, marital status, residence, place of birth and employment status. From the psychiatric-forensic data, the following variants were assessed: the type of action, the defendant, the diagnosis and the psychiatric-forensic opinion. The diagnostic classification was based on the 10th International Classification of Diseases of the World Health Organization, ICD-10 (WHO, 2000).

Data analysis was conducted using R, version 3.2.5 (R Development Core Team, 2011).

Results

Sociodemographic Data

The universe of the population under study, for the T. 2 ($N = 410$), when compared to the previous triennium ($N = 126$), exhibited a very marked increase in the number of cases, as may be easily observed in graph [Graph 1 – n Cases/Triennium]. In this last triennium, there was a difference of almost 60% with regard to the number of individuals who underwent expert evaluation in 2015, when compared to the previous year, with that value remaining practically unchanged in the following year.

As for the gender of the individuals evaluated, while in the first triennium the distribution was uniform, (n females = 64; n males = 62), in the last triennium the population was mostly female (n females = 253; n males = 153), with approximately two thirds of those evaluated being women [Gender/Triennium]. In the analysis of these results, it was possible to observe that in the year 2015 the loss of uniformity surges, and is maintained in 2016.

With regard to age distribution, there were no significant differences between the two triennia, though both experienced a slight increase, from 52.8 years to 56.3 years of age.

Concerning marital status, there were no significant differences between the triennia under consideration, with the vast majority (72.2%) of evaluated individuals remaining single (T. 1 = 69.0%). The employment status category remains practically unchanged between the triennia.

Psychiatric-forensic data

In the last triennium considered, petitions within the context of interdiction/disqualification proceedings were mostly (98.5%) practiced by the Court, which contrasts with the data from T.1 (58.7%).

Regarding diagnosis, in T.2, there was relative consistency with the first triennium, with an increase in the category F00-F09 (Organic, Including Symptomatic, Mental Disorders) and a slight decrease in the categories F20-F29 (Schizophrenia, Schizotypal Disorders and Delusional Disorders) and F70-79 (Intellectual Disability).

Considering the category of diagnosis by age group, in T.2, Intellectual Disability (F70-F79) was the most prevalent in all age groups considered, with the exception of the group over 60 years of age. Indeed, in this latter age group, the diagnosis F00-F09 predominates, with 58.6%. For comparative purposes between the two triennia, the data revealed no major changes in each age group regarding the type of diagnosis.

From the last triennium resulted 381 interdiction proceedings (92.9%), 10 of disqualification (2.4%), 9 (2.2%) without favorable opinion for interdiction/disqualification, and 10 cases (2.4%) for which the outcome is yet to be

known. Compared to the data of the previous triennium, the most expressive results were in terms of the proportion of interdicted individuals (n T.1 = 105), whereas those who did not meet psychiatric-forensic criteria for interdiction or disqualification decreased (n T.1 = 12).

In the case of the 381 diagnoses favoring interdiction in the last triennium, the most common were mild (74 cases) and severe intellectual disability (66 cases), which, taken together, make up 36.7% of interdiction cases. Concerning the 9 diagnoses in which there was no mental disorder that incapacitated the individual, 3 did not suffer from a psychiatric disorder, and the remaining exhibited various diagnoses (F07.0 Organic personality disorder, F20.0 Paranoid schizophrenia, F22 Persistent delusional disorder, F31.7 Bipolar affective disorder, currently in remission, F71 Intellectual disability and G20 Parkinson's disease). In the diagnoses where the result was disqualification, the most common pathology was F70 with 5 individuals and, with one individual each, F03, F10, F20.0, F20.5 and F25. Comparing this last triennium with the previous one, the distribution of the ICD-10 diagnostic categories did not reveal significant variations, for both disqualification and interdiction. There was, indeed, an increase of almost 50 percentage points in the category of Others ICD-10 with regard to interdiction, however, the number of individuals in the first triennium was reduced (n=30) [Graph 2 - Interdiction/Diagnosis (ICD-10); Graph 3 – Disqualification/Diagnosis (ICD-10)].

Discussion

From the rigorous analysis of the results, it is possible to observe a decade-long course (between the triennia considered) of the silhouette of special actions of

interdiction/disqualification in the Center Delegation of the INMLCF. The estimated data emphasize an effective consistency of the comparative assessment between the triennia, with respect to most sociodemographic categories (except for gender) and psychiatric-forensic variables evaluated. Therefore, as predicted by the authors and consistent with the consulted literature (Borges et al., 2008), the proceedings continue to be mostly based on petitions for interdiction, where the majority of examinees are single, suffer from a mental disorder, particularly intellectual disability or dementia syndromes, and belong to the age group between 50 and 60 years of age. From the petitions results interdiction as the most frequent psychiatric-forensic opinion, followed by disqualification, with a notable difference, and, lastly, those in which expert opinion does not favor interdiction or disqualification.

Nevertheless, the inequalities between the results over a decade deserve careful and rigorous reflection from the authors. Worth noting is the increase in the number of women who underwent expert evaluation and the increase in the number of cases in the year 2015, which persisted in the year 2016. Regarding this exposition, it may be related to the fact that, in the year 2014, the number of proceedings filed and terminated in the Portuguese Judicial System was abnormally high, as a consequence of internal transfers following the application of Law n.º 62/2013, of August 28 (Law of the Organization of the Judiciary System) (DGPJ, 2016). This situation allowed for the greater number of proceedings accessed within this scope to more precisely reflect, possibly in 2015, the Portuguese sociodemographic proportion (PORDATA, 2017).

Psychiatric forensic data highlight an increase in petitions conducted in first instance by the Court and a growing proportion of individuals with expert opinion for interdiction, and a reduction of those in which individuals are not considered susceptible

of being interdicted or disqualified. Thus, regarding the first disparity between the triennia, it is worth noting that, in the past, practically all petitions originated from Public Prosecution, which may justify this discrepancy. However, they were petitioned in the context of mere administrative proceedings of preparatory nature, to analyze the possible need for a later instalment of true proceedings. The results also depend on various factors, if, on the one hand, they seem to reflect an increase in the signaling of neurodegenerative pathologies, associated with an increase of the average life expectancy (in the study, an increase in the category F00-09, where dementia syndromes are included); on the other hand, other protection needs of interdicted individuals were added, since 2012, for example, the elderly must formalize a written contract with senior homes and institutions where they will be residing, which highlighted the need to adapt legal capacity to real capacity (see article 10 of Administrative Rule n.º 67/2012, of March 21) (Conde et al., 2016). Accordingly, a possible change in the petition initiative may be pondered, providing answers to increasingly rigorous social demands, which envisions a more attentive and informed civil society. Progressively, instead of Public Prosecution petitioning the action, and with the indelible intention of confronting the difficulties that hinder the care of individuals, the parents, spouse, tutor or curator, or another successive relative would be able to legitimately initiate and petition for the special action of interdiction or disqualification before the Court, without prior intervention of Public Prosecution. However, other factors not discussed in this study, such as the increase in this type of proceedings and inherent conditions of the Portuguese judicial system and Public Prosecution, may constitute another adequate justification for the result obtained.

The impact of mental pathologies that influence intellectual and cognitive abilities, that affect functioning and self-determination, have led to an increasing number of interdiction/disqualification proceedings, propelled by a contemporary society focused on prioritizing the rights of unable individuals. Consistent with the results found, it is evident, from all the work conducted, that there is a clear increase in the number of proceedings between the triennia, surpassing 300%. An undeniable contributor to this percentage increase, as expected by the authors, is the increase of neurodegenerative pathologies in an aging population, which includes dementia syndromes (F00-09 Organic, including symptomatic, mental disorders) – as evidenced by the results – as well as social demands that invoke normative disposition to the legal order.

The analysis reflects the statistic published by the General Directorate for Justice Policy (DGPJ) (Conde et al., 2016; DGPJ, 2016), which reveals a significant increase of special actions of interdiction and disqualification and exposes society to the problem of protecting those considered unable, with inherent biological, clinical and legal compromise, due to the evident impossibility of causal attribution between the mental disorder and inability.

Conclusion

This retrospective study and the high prevalence of this type of proceedings reflect a demanding and concerned society, but also require a judicial/medical-forensic reflection on the challenges of a society under reconstruction, paraphrasing Counselor TOMÉ GOMES: “*The adequacy of the inability regime would be the greatest gratitude of present generation to the longevity which was given to us by past generations*” (Sampaio, 2016). Accordingly, new European propensities essentially point toward:

maximum protection of (the still existing) ability; better adequacy between the measures applied and the degree of inability; flexibility of procedural mechanisms; qualification of legal representatives (Conde et.al., 2016; Paz & Vieira, 2014).

References

- Borges, S., Colón, M., Marques, A., & Vieira, D. (2008). Perfil dos indivíduos periciados no âmbito de processos de interdição/inabilitação na Delegação do Centro do Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P. (INML, IP). *Psiquiatria Clínica*, 29(3/4), 117-125.
- Cargaleiro, I., & Vieira, F. (2017). Avaliação Pericial da Capacidade Civil: Os Processos de Interdição/Inabilitação. In F. Vieira, S. Cabral, & C. Saraiva (Coord.), *Manual de Psiquiatria Forense* (pp. 213-224). Lisboa: PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Conde, M., Trancas, B., & Vieira, F. (2016). Revisitar processos, redefinir direitos: processos de levantamento de interdição-inabilitação (2010-2015). *Psicólogos*, 14(2), 8-22. <https://doi.org/10.25752/psi.10382>
- Costa, M. (2010). A desejável flexibilidade da incapacidade das pessoas maiores de idade. *Lusíada, Direito*, 2(7), 109-162.
- DGPJ. (2016). Os números da justiça 2016. Principais Indicadores das Estatísticas da Justiça. Disponível em: <http://www.siej.dgpj.mj.pt>.
- Instituto para o Desenvolvimento Social. (2002). *Guia para a intervenção com maiores em situação*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- Lei n.º 41/2013 – Código do Processo Civil de 26 de junho da Assembleia da República. Diário da República: I série, N.º 121 (2013). Acedido a 6 ago. 2018. Disponível em www.dre.pt.
- OMS. (2000). *CID-10. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde* (Vol. 1). São Paulo: EDUSP.

Paz, M., & Vieira, F. (2014). A supressão do interrogatório no processo de interdição:

novos e diferentes incapazes? A complexidade da simplificação. *Revista do Ministério Público*, 35(139), 61-109.

PORDATA. (2017). Base de Dados de Portugal Contemporâneo. População residente:

total e por sexo. Disponível em

<https://www.pordata.pt/Portugal/População+residente+total+e+por+sexo-6>

R Development Core Team. (2011). R: A language and environment for statistical

computing. Vienna, Austria: The R Foundation for Statistical Computing.

Disponível em <https://www.R-project.org/>

Sampaio, M. (2016). Regime Jurídico das Incapacidades. Novo Instituto para a Proteção

dos Idosos. *Julgar Online*, 1-24. Disponível em: <http://julgar.pt/regime-juridico->

[das-incapacidades-novo-instituto-para-a-protecao-dos-idosos/](http://julgar.pt/regime-juridico-das-incapacidades-novo-instituto-para-a-protecao-dos-idosos/)

Compulsory Admission of Psychiatric Patients – The Experience in a Tertiary
Academic Hospital

Juliana da Silva Nunes¹, Diana Figueiredo¹, João Feliz¹, Tiago Ventura Gil¹, Carlos
Augusto Moreira de Sousa², and António José Pissarra da Costa³

¹Resident Physician of Psychiatry and Mental Health in the Local Health Unit of
Guarda, Portugal

²Professor of Department of Epidemiology and Biostatistics, Fluminense Federal
University. Niteroi, RJ, Brazil

³Senior Physician of Psychiatry and Mental Health in the Local Health Unit of Guarda,
Portugal

Author Note

Corresponding author: Juliana Nunes Tel. +351 962578416. Address: Largo do
Mercado, n.º 6, Postal code: 5130-287, Riodades, Portugal. Contact e-mail:
juliananunes.pq@gmail.com.

Abstract

The Compulsory Psychiatric Admission is a legal process, defined as a restriction in a psychiatric hospital, against patient's will. This study aims to characterize the profile and factors that are determinant for the compulsory admission and management of these patients at the Department of Psychiatry and Mental Health of Hospital Sousa Martins, of Guarda, Portugal, between 2012 and 2016. We identified 126 cases, and it has been observed that compulsory Psychiatric Admission was more frequent in men (71.4%), aged between forty and fifty years old (48.6%), single (66.7%), unemployed (55.6%), diagnosed with schizophrenia or related psychoses (61.1%), and remained hospitalized for 22.5 days. The majority of the patients stopped treatment and were transported to the emergency department by police officers due to aggressiveness, persecutory delusions, hallucinatory activity and absence of critical judgment for their clinical situation. Compulsive hospitalization constitutes a tool of importance in the compensation of severe psychiatric illness, and this study gives a general overview of the recently cases occurring at this region of Portugal, helping thus to reduce the number of involuntary admissions.

Keywords: compulsory admission, Portuguese mental health law, psychiatric emergency

Compulsory Admission of Psychiatric Patients – The Experience in a Tertiary Academic Hospital

The Compulsory Psychiatric Admission is a legal process, defined as a restriction in a psychiatric hospital, against the will of the patient. This act is based on a judicial-type model. Nevertheless, this form of hospitalization is complex and raises numerous medical, legal and ethical issues like the lack of liberty and autonomy of the patient, shared decision making, and recovery-focused care (Brissos et al., 2017; Dressing & Salize., 2004; Zhang et al., 2015).

Compulsory psychiatric admission rates across the European Union varies considerably between countries and regions, mainly due to differences in legislation (Malla et al., 1987; Riecher-Rossler & Rossler, 1993). In Portugal, the Mental Health Act (Law 36/98 of July 24: Mental Health Act, 1998) constitutes a judicial measure for persons suffering from a serious mental anomaly and that by virtue of this condition creates a situation of danger for himself/herself, others or the patrimony, refusing thus to receive medical treatment, (Article 12, number 1) (Almeida & Molodynski., 2016) The law also includes patients suffering from a serious mental disorder who lack the necessary discernment to evaluate the implications of consent and the absence of treatment can result in a significant deterioration of their condition (Article 12, number 2) (Law 36/98 of July 24: Mental Health Act, 1998).

The Compulsory Psychiatric Admission may be invoked in two ways: via a standard procedure, when there are no significant behavioral changes or through the emergency department if a person suffering from a serious mental disorder causes imminent danger due to an acute deterioration of the person's state (Article 22) (Law 36/98 of July 24: Mental Health Act, 1998).

The purpose of this study was to analyze the factors determining the admission and management of compulsively admitted patients in order to contribute positively to the contextualization and elaboration of future acts to prevent compulsory admissions.

Methods

We performed a retrospective study of patients compulsively admitted to the Department of Psychiatry and Mental Health of Hospital Sousa Martins, of Guarda, Portugal, between the 1st of January of 2010 and the 31st of December of 2016.

All clinical records of patients with mental disorder sent to the hospital to be submitted for an urgent formal psychiatric evaluation in order to be admitted compulsively were evaluated.

We identified 126 admissions during the study period, in which the admission of these patients is operated mainly under Articles 22^o and following of the Mental Health Law 36/98 of 24 July, concerning the emergency admission.

We analyzed sociodemographic data (age, gender, marital status, professional activity), clinical features, diagnosis and days of hospitalization.

The diagnoses were grouped into broad categories according to the ICD-10 system, in order to obtain adequate sizes of categories for analysis, we collapsed less frequent diagnoses.

For descriptive statistics, frequencies were computed for nominal variables; for continuous variables mean, standard deviations, median and range were used.

We used the Mann-Whitney U-test, ANOVA test and Chi-squared test in an inferential analysis. *P* values < 0.05 were considered to be statistically significant. Data were analyzed using SPSS Statistics version 24.0.

Results

Concerning the form of hospitalization, 2417 (95%) of the patients were voluntary admitted and 126 (5%) were compulsorily admitted.

From 2012 to 2016, the number of compulsively admitted patients in the Department of Psychiatry and Mental Health of Guarda was 26 patients in 2012, 25 patients in 2013, 30 patients in 2014, 18 patients in 2015 and 27 patients in 2016.

As can be seen in table 1, among the total, from the 126 patients that were admitted compulsively, it was verified that the age range was between 18 to 88 years (mean $\pm$ standard deviation, $s = 46.2 \pm 15.5$), nevertheless the most represented age group, were the ones that comprised the age range between 41 to 50 years and 51 to 60 years, for both sexes.

Regarding the sex, admission by male individuals were 90 and accounted for 71, 4% of the cases investigated, while admissions by females were 36 and accounted for 28.6%.

The predominant marital status was single, 66.7%, followed by married 22.2%, divorced 8.7% and widowed 2.4%.

In terms of professional activity, the percentage of patients who had an emergency compulsory admission was significantly greater among patients that were unemployed (55.6%) or retired due to any kind of psychiatric illness (36.5%), all this against only eight cases that were working actives.

The largest ICD-10 diagnostic group was schizophrenia and related psychoses (F20-29; $N = 77$; 61.1%) outnumbered those by patients with mood (affective) disorders (F30-39; $N = 31$; 24.6%) and other diagnoses ($N = 18$; 14.3%). The majority of the patients stopped treatment and were transported to the emergency department by police officers due to aggressiveness, persecutory delusions, hallucinatory activity and absence

of critical judgment for their clinical situation. The median length of hospitalization was 22.5 days (1-265 days).

Table 1

Demographic and clinical characteristics

Variable and category	<i>N</i>	(%)
Sex		
Male	90	71.4%
Female	36	28.6%
Age, mean (<i>SD</i>)	46.2	15.5%
Marital status		
Single	84	66.7
Married	28	22.2%
Divorced	11	8.7%
Widowed	3	2.4%
Professional activity		
Unemployed	70	55.6%
Retired	46	36.5%
Employee	10	7.9%
Diagnosis category (ICD-10)		
Other	18	14.3%
F20-F29 – Schizophrenia, schizotypal and delusional disorders	77	61.1%
F30-F39 – Mood (affective) disorders	31	24.6%
Length of stay, median	22.5 days	

Total	126	100%
-------	-----	------

Note. *N* = Number of cases, *SD* = Standard Deviation, ICD-10 = International

Classification of Diseases 10th Revision

Considering that the furthestmost prevalent age group of our investigated cases was between 40 and 60 years, the age was subdivided into two groups and compared it with the time of hospitalization.

We observed that patients older than 40 years had longer hospital stays than younger than 40 years ($p = 0.007$). It does not happen when we compare the 50 years old limit ($p=0.174$).

Other statistically significant differences were identified for the 40-year patient group. Moreover, there exist statistical differences between older and younger than 40 years old and the single status ($p=0.001$) and professional situation ($p<0.001$).

Discussion

In Portugal, official data on the compulsory admission rate are scarce. In our study, the rate was 5%, slightly higher than the data presented in 2000 (3.2%) (Dressing & Salize, 2004), however, lower than the estimate made in 2008 (9-10%) (Almeida et al., 2008). Therefore, these estimations do not correspond to reality, since the data is outmoded and do not demonstrate the reality at a national level.

From 2012 to 2016, the number of compulsively admitted patients in the Department of Psychiatry and Mental Health of Guarda remained similar over the years, suggesting that more preventive actions are needed by the health services, including increase self-management skills and self-efficacy of psychiatric patients, psycho-educational programs, and joint crisis plans (Jong et al., 2016; Lay et al., 2015).

Regarding the sociodemographic characteristics, when it comes to the sex, the populations were composed mostly by man (71.4%). Ordinarily, these data are similar to the results of previous studies carried out in cities of Portugal (Almeida et al., 2012; Madeira et al., 2010; Polido et al., 2011).

Studies have reported that the highest frequency of compulsive admissions occurs on the fifth and sixth decades of life with a mean age of 45 years, subsequently, this result is similar to that found in our study (mean of 46.2 years) (Almeida et al., 2008; Madeira et al., 2010; Polido et al., 2011).

In addition to what the literature shows, our results indicate that compulsively admitted patients in the fifth decade of life are more likely to be single, unemployed and to stay longer hospitalized. Nevertheless, this situation raises some apprehensions as the rate of compulsory admission and the length of stay depends not only on clinical factors but also largely on social factors (Piccinelli et al., 2016; Zhang., 2011). In fact, the aging of the population observed in the interior of the country (where Guarda is located), be single, unemployed or retired characterizes a condition for social disadvantage because of functional impairment, poor occupational and social functioning, insufficient support by patient's families and lack of social support structures, creating difficulties in planning the discharge of these patients (Newman et al., 2018; Stylianidis et al., 2017; J. Zhang et al., 2011). Consequently, this situation is not in agreement with current Portuguese Mental Health Policy that advocates short hospital stays and a focus on care in the community (Reports., 2015).

According to the Portuguese Mental Health Act, compulsory admission is possible only if a person suffering from a serious mental disorder causes imminent danger due to an acute deterioration of the person's state. Ordinarily, the initiation of the process may be petitioned by the legal representative of a person suffering from a

mental disorder; public health authorities; the Public Prosecution Service; doctors; or the clinical director of an institution (Piccinelli et al., 2016).

Regarding the severe and chronic mental disorder, admissions made by patients with schizophrenia and related psychoses were the most important diagnostic group in our study (61,1%). These data are superior to the results of previous studies in cities of Portugal, which indicate values of 44.1% (Almeida et al., 2012) and 58% (Madeira et al., 2010). These severe disorders may frequently relapse and can often be associated with lack of insight and refusal of treatment. Thus, in our study, the information in the reports showed that the majority of the patients stopped treatment and presented a deterioration of their clinical state with aggressiveness, persecutory delusions, hallucinatory activity and absence of critical judgment for their clinical situation. Therefore, this deterioration results in threats to themselves and others and consequently these patients can not be managed in the community. In fact, prior research supports the idea that the patient's mental state represents a major determinant to start the compulsory admission process (Myklebust., 2012; Preti et al., 2009; van der Post et al., 2014).

In order to prevent unnecessary involuntary admissions, there is a need to determine and understand the factors causing compulsory admission. Therefore, this study provides some information about various socio-demographic factors and symptom profile of patients compulsively admitted to the Department of Psychiatry and Mental Health of Hospital Sousa Martins, ULS of the Guarda, E.P.E.

The profile of patient with high risk of Compulsory Psychiatric Admission is a man older than 40 years old, single and unemployed with the diagnosis of schizophrenia that is taken to hospital by the authorities due to aggressive or violent behavior, due to

poor therapeutic adherence, often in combination, with insufficient support by patient's families and social support structures and needs treatment in hospital for about 22 days.

Limitations of the study

The present study presents some limitations, like being a retrospective study, it is not possible to control the variables and consequently there are flaws in the description of the conditions of psychiatric patients and failure to record some information from the hospital chart. Moreover, the information were collected in a single inpatient psychiatric unit and this may reduce generalization of findings.

Conclusion

Compulsory Psychiatric Admission is multifactorial process. Nevertheless, in order to reduce the number of patients that are involuntarily admitted, there is a strong need for future investigation in this field, requiring annual updates on the involuntary admission rate, as well as the introduction of preventive policies, such as the use of intensive case management, crisis resolution teams, joint crisis plans and improved collaboration between primary services and hospital services.

Conflict of interests

The authors declare no conflict of interest concerning the present paper.

Funding

None.

References

- Almeida, F. et al. (2008). Internamentos compulsivos no Hospital de Magalhães Lemos. *Revista Da Psiquiatria, Psicologia & Justiça*, 2, 87-102. Retrieved from http://www.spppj.com/uploads/n_2.pdf
- Almeida, F., Moreira, D., Silva, V., & Cardoso, A. (2012). Internamento Compulsivo. *Revista Da Psiquiatria, Psicologia & Justiça*, 5, 49-66.
- Almeida, T., & Molodynski, A. (2016). Compulsory admission and involuntary treatment in Portugal. *BJPsych International*.
- Brissos, S., Vicente, F., Oliveira, J. M., Sobreira, G. S., Gameiro, Z., Moreira, C. A., ... Vieira, F. (2017). Compulsory psychiatric treatment checklist: Instrument development and clinical application. *International Journal of Law and Psychiatry*, 54, 36-45. <https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2017.07.004>
- De Jong, M. H., Kamperman, A. M., Oorschot, M., Priebe, S., Bramer, W., Van De Sande, R., ... Mulder, C. L. (2016). Interventions to reduce compulsory psychiatric admissions a systematic review and meta-analysis. *JAMA Psychiatry*, 73(7), 657-664. <https://doi.org/10.1001/jamapsychiatry.2016.0501>
- Dressing, H., & Salize, H. J. (2004). Compulsory admission of mentally ill patients in European Union Member States. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*. <https://doi.org/10.1007/s00127-004-0814-9>
- Lay, B., Blank, C., Lengler, S., Drack, T., Bleiker, M., & Rössler, W. (2015). Preventing compulsory admission to psychiatric inpatient care using psycho-education and monitoring: feasibility and outcomes after 12 months. *European Archives of Psychiatry and Clinical Neuroscience*, 265(3), 209-217. <https://doi.org/10.1007/s00406-014-0553-1>
- Law n.º 36/98 of July 24: Mental Health Act. Retrieved November 16, 2017, from

Documentation and Comparative Law Office. Available at: website,
<http://www.gddc.pt/legislacao-lingua-estrangeira/english/lei-da-saude-mental.html>

Madeira, N. et al. (2010). Internamentos Compulsivos: revisão da casuística dos HUC e HIP no triénio 2006-2008. *Psiquiatria Clínica*, 31(3), 235-239.

Malla, A., Norman, R. M., & Helmes, E. (1987, June). Factors associated with involuntary admission to psychiatric facilities in Newfoundland. *CMAJ: Canadian Medical Association Journal*.

Myklebust, L. H., Sorgaard, K., Rotvold, K., & Wynn, R. (2012). Factors of importance to involuntary admission. *Nordic Journal of Psychiatry*, 66(3), 178-182.
<https://doi.org/10.3109/08039488.2011.611252>

Newman, L., Harris, V., Evans, L. J., & Beck, A. (2018). Factors Associated with Length of Stay in Psychiatric Inpatient Services in London, UK. *The Psychiatric Quarterly*, 89(1), 33-43. <https://doi.org/10.1007/s11126-017-9498-7>

Piccinelli, M., Bortolaso, P., Bolla, E., & Cioffi, I. (2016). Typologies of psychiatric admissions and length of inpatient stay in Italy. *International Journal of Psychiatry in Clinical Practice*, 20(2), 116-120.
<https://doi.org/10.3109/13651501.2016.1166514>

Polido, F., Bastos, H., Pereira, S., et al. (2011). Internamentos Compulsivos através do Serviço de Urgência (SU) dos Hospitais da Universidade de Coimbra (HUC). *Psiquiatria Clínica*, 32(3), 187-194.

Preti, A., Rucci, P., Santone, G., Picardi, A., Miglio, R., Bracco, R., ... De Girolamo, G. (2009). Patterns of admission to acute psychiatric in-patient facilities: A national survey in Italy. *Psychological Medicine*, 39(3), 485-496.
<https://doi.org/10.1017/S0033291708003607>

- Reports. (2015). Joint Action on Mental Health and Welbeing: Towards Community-based and Socially Inclusive Mental Health Care. *Saúde Mental*, 1-341. Retrieved from <http://www.app.com.pt/relatorio-nacional-e-u-joint-action-mental-health-versao-portuguesa>
- Riecher-Rossler, A., & Rossler, W. (1993). Compulsory admission of psychiatric patients--an international comparison. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 87(4), 231-236.
- Stylianidis, S., Peppou, L. E., Drakonakis, N., Douzenis, A., Panagou, A., Tsikou, K., ... Saraceno, B. (2017). Mental health care in Athens: Are compulsory admissions in Greece a one-way road? *International Journal of Law and Psychiatry*, 52, 28-34. <https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2017.04.001>
- van der Post, L. F., Peen, J., Visch, I., Mulder, C. L., Beekman, A. T., & Dekker, J. J. (2014). Patient perspectives and the risk of compulsory admission: the Amsterdam Study of Acute Psychiatry V. *The International Journal of Social Psychiatry*, 60(2), 125-133. <https://doi.org/10.1177/0020764012470234>
- Zhang, J., Harvey, C., & Andrew, C. (2011). Factors associated with length of stay and the risk of readmission in an acute psychiatric inpatient facility: A retrospective study. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, 45(7), 578-585. <https://doi.org/10.3109/00048674.2011.585452>
- Zhang, S., Mellsop, G., Brink, J., & Wang, X. (2015). Involuntary admission and treatment of patients with mental disorder. *Neuroscience Bulletin*, 31(1), 99-112. <https://doi.org/10.1007/s12264-014-1493-5>

